

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

ALINE DA SILVEIRA MUNIZ

**NA TRAVESSIA DAS CIDADES:
Narrativas visuais sobre os processos de formação em Psicologia e em
Direitos Humanos**

**São Leopoldo
2021**

ALINE DA SILVEIRA MUNIZ

NA TRAVESSIA DAS CIDADES:

**Narrativas visuais sobre os processos de formação em Psicologia e em
Direitos Humanos**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Direitos Humanos e Políticas Públicas, pelo Curso de Especialização em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Profa. Dra. Marilene Maia

São Leopoldo

2021

AGRADECIMENTOS

Por acreditar que toda conquista, todo grande feito e toda possibilidade de mudança só são possíveis através da atuação coletiva, agradeço a toda minha turma de especialização em Direitos Humanos e Políticas Públicas. Aprendi muito com cada pessoa desse grupo e me orgulho de ter sido colega de vocês. Nossas aulas foram excelentes encontros que nos potencializaram.

Tudo isso foi possível devido ao generoso e comprometido corpo docente dessa especialização. Agradeço especialmente às professoras coordenadoras Rosângela e Cleonice, pela sensibilidade e acolhida com as demandas da turma. Senti-me amparada durante a transição desse caminho de formação.

Agradeço imensamente minha orientadora, Professora Marilene Maia. Desde nossa primeira orientação foste incrível ao ampliar as possibilidades de pesquisa, de metodologia, realizando uma leitura muito precisa do meu desejo e inclinação de produzir um trabalho que fizesse sentido para minha formação e prazeroso de escrever. Teu apoio e incentivo foram fundamentais para que eu me inspirasse na escrita do projeto de seleção do mestrado. Foi um privilégio ter sido orientada por ti e poder contar com tua experiência, teu envolvimento com as ocupações e teu afeto.

Acreditar no mundo é o que nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volumes reduzidos [...]. É no nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo. (DELEUZE, 1992, p. 218)

RESUMO

Esta monografia busca relacionar experiências de formação acadêmica com o contexto urbano a partir da vivência de atravessar cidades da região metropolitana no trajeto entre residência, trabalho, universidade e locais de estágio. Para isso, são utilizadas narrativas visuais que contemplam cenários percorridos durante a graduação em Psicologia e as experiências de estágio no território, assim como do período de realização da especialização em Direitos Humanos e Políticas Públicas e as interlocuções entre os referidos cursos acerca do espaço citadino. A utilização de fotografias na construção das narrativas coloca-se como um potente recurso que tem como objetivo não apenas ilustrar ou comprovar alguma informação, mas principalmente de produzir outros sentidos a partir das imagens, do que por vezes passa despercebido no cotidiano. A partir dos cenários das cidades e das vivências acadêmicas, propomos diálogos acerca da construção da formação em Psicologia defendendo a necessidade de uma atuação acadêmica e profissional implicada com as questões sociais, principalmente no que concerne a atuação em políticas públicas. O crescimento das cidades a partir da expansão de ocupações urbanas, assim como as intervenções por parte da iniciativa privada nos espaços públicos, tem fragmentado as cidades e inviabilizado o direito à cidade às populações em situação de vulnerabilidade. O discurso sobre o crescimento da violência nas cidades atua nos processos de produção subjetiva dos sujeitos, implicando na forma como se comportam e habitam os centros urbanos. Diante do acirramento das desigualdades sociais e desmonte de políticas públicas, discutimos sobre a necessidade de maior comprometimento das formações acadêmicas com a garantia e fortalecimento dos direitos humanos e de cidadania, privilegiando construções sociais coletivas como alternativas possíveis para enfrentamento das iniquidades.

Palavras-chave: Formação acadêmica. Direitos Humanos. Narrativas visuais. Cidades.

SUMÁRIO

1 SOBRE O ÍNICIO DO PERCURSO	6
2 FORMAÇÃO ACADÊMICA EM PSICOLOGIA E SEUS (DES)ENCONTROS: ENTRE POSSIBILIDADES E DESAFIOS	12
2.1 Psicologia e Direitos Humanos	17
3 NARRATIVAS VISUAIS: RODAS, TRILHOS E TÊNIS, O CAMINHO DA PESQUISA.....	22
4 A VISTA DAS CIDADES PELA JANELA LATERAL	26
Direito à cidade e à cidadania	40
5 (IN)SEGURANÇA NAS CIDADES E VIOLAÇÕES DE DIREITOS	46
Desinvestimento em políticas públicas.....	52
6 AS TRILHAS CONTINUAM: FORMAÇÃO ACADÊMICA E COMPROMISSO ÉTICO E POLÍTICO	55
REFERÊNCIAS.....	59

1 SOBRE O ÍNICIO DO PERCURSO

No espaço urbano cruzamos com incontáveis sujeitos, lugares e histórias. Em cada canto em que o vento cruza algo se produziu ou está em vias de acontecer. Somos sujeitos da história, tanto por atuarmos na produção desta, como também, por sermos constituídos a partir dela.

Walter Benjamin (1987) em um de seus ensaios discorreu sobre a importância do ato de narrar. Benjamin (1987, p.198) que alertava no início do século XX sobre a pobreza da experiência em uma sociedade fundada na técnica, também destacou a extinção de narradores, justamente porque na avaliação do autor, “as ações da experiência estão em baixa [...]”. A partir das experiências que narradores contam histórias do que viveram, ou de outrem, deixando sempre a cargo de quem lê ou escuta o convite à interpretação, ou seja, os detalhes e por menores narrados estão isentos de explicações. Com isso, Benjamin (1987, p.203) difere a narrativa da informação e destaca que,

Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação.

O par, experiência e narrativa, possibilita apreender a realidade. O ritmo acelerado que toma a cena nos centros urbanos, a intensidade e frequência com que somos noticiados dos mais variados acontecimentos, sufoca processos de lentidão, de singularidade e de exercício de reflexão. O encontro com a alteridade por vezes não é proporcionado, ainda que sejam compartilhados espaços públicos, pois a relação com outras pessoas tem se tornado cada vez mais mediada pela tecnologia. Não se trata de colocar a contemporaneidade ou mesmo as tecnologias, como um cenário de terra arrasada, mas de problematizarmos essas relações e seus efeitos nos processos de subjetivação.

Narrar histórias é também um convite a revisitar a nossa trajetória por meio das memórias, tanto enquanto sujeito em uma perspectiva autobiográfica, como também de registros históricos, enquanto sociedade. No filme “Narradores de Javé”, dirigido por Eliane Caffé (2003), uma pequena comunidade precisa comprovar sua relevância histórica e patrimonial para não ser submersa pelas águas de uma

hidrelétrica. A solução encontrada foi registrar em um livro as histórias sobre a fundação da cidade e sua importância. A única pessoa alfabetizada do vilarejo é um ex-carteiro, que se reconcilia com os moradores da cidade com a condição de que deveria ouvir e escrever as histórias locais. As diferentes histórias e versões sobre o vilarejo geram brigas, risadas e muita expectativa nos moradores. Embora não seja o intuito contar o enredo do filme nesta escrita, a referida obra é uma excelente alegoria sobre a importância das narrativas e para historiadores, a importância da oralidade. No filme, a comunidade que em sua maioria pouco domínio sobre as letras possui, se percebe na condição de ter que produzir algo que garanta sua permanência naquele lugar. A solução encontrada para isso é a produção de um documento “científico”, feito com base nas histórias e memórias de um território que até então os pertencia.

Ao refletirmos sobre as produções acadêmicas, como escritas de artigos, apresentações de trabalhos, é comum utilizarmos uma linguagem que neutralize a posição da pessoa pesquisadora, como forma de validar dados de pesquisas. Conforme Maruente (2019, p.11) “A escrita acadêmica exige performatividades específicas que, por vezes, anulam o modo como flui o pensamento do pesquisador, o seu corpo, a sua historicidade”. Logo, tencionar esse modo de produzir pesquisas é dar passagem para outras possibilidades e encontros da academia com o cotidiano.

Em uma perspectiva de movimento nômade, de deslocamentos físicos entre lugares e cidades diferentes, mas também de produção acadêmica e a relação com o cotidiano que me coloco a pensar sobre processos formativos, contexto das cidades e garantia de direitos de cidadania. Entretanto, intercambiar esses espaços não se coloca como algo dado, pois o processo de formação acadêmica apresenta inúmeros desafios.

Ao revisitar por meio de memórias e registros das primeiras aulas de graduação em Psicologia, realizada na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, campus de São Leopoldo, percebo a transformação que tive ao longo deste percurso. Inicialmente, meu interesse pela Psicologia era na perspectiva organizacional, trabalhar com recrutamento, clima organizacional e demais atividades que compõem esta área de atuação. Durante o curso, principalmente após disciplinas como “Projeto de Pesquisa em Psicologia” e “Psicologia Institucional”, pertencentes à matriz curricular então vigente, realizadas

respectivamente em 2014 e 2015, tive contato com autores e temáticas que me desacomodaram ao ponto de não ser mais quem eu era. Fiz-me outra quando a criticidade, a complexidade social e a não conformação com o instituído me indicaram outras possibilidades. Pistas de outros fazeres possíveis na Psicologia.

Saliento que não foram apenas as disciplinas que me fizeram trilhar outros caminhos, pois já germinavam inquietações perante o cenário político e social do país. Além disso, em 2014 ingressei como servidora em um estabelecimento de ensino público federal, no município de Canoas. Ao conhecer a história de constituição do campus em que trabalho, a relação com a comunidade do entorno e os entraves urbanos dessa cidade, fui alargando a compreensão da produção de políticas públicas e como essas por vezes são negadas justamente às pessoas as quais tais políticas são destinadas.

No decorrer da graduação, entre os anos de 2011 a 2018, em meio aos deslocamentos da casa para o trabalho, deste para o estágio e para a universidade, fui reconhecendo-me cidadã, entre as diferentes cidades pelas quais transitava durante os cinco dias úteis da semana. Junto a isso, acompanhei de perto as mudanças do cenário político e social do país. A austeridade imposta pelas medidas neoliberais dos últimos anos provocam efeitos visíveis no aumento de desigualdades. E essa percepção acerca do social, atrelada a discussões, leituras e reflexões propostas em sala de aula, aproximaram-me de uma implicação política voltada às questões sociais, para garantia dos direitos e enfrentamento das opressões.

De acordo com Bondía (2002, p.19), “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. O autor complementa que experienciar tem sido algo cada vez mais raro. Ancorado em Benjamin, argumenta que a informação tem suplantado a experiência, pois o exacerbado consumo de informação esvazia o sentido dos acontecimentos. Dentre os destaques do autor sobre o que impede a experiência, este aponta o excesso de informação confundida como conhecimento, à imperativa necessidade de expor opinião sobre tudo e a escassez do tempo, ao estarmos suscetíveis aos mais variados estímulos. Ao pensarmos o processo de formação acadêmica e profissional, faz-se necessário refletirmos sobre as ponderações de Bondía (2002), pois a formação precisa estar inscrita no plano da experiência.

É preciso sentir o que se estuda, procurar nas paisagens, deixar se afetar no encontro com o desconhecido. Durante meu processo formativo, tive muitos encontros que me proporcionaram a ampliação do olhar enquanto psicóloga. Compreender que somos atravessados pelas instituições e categorias que compõem nossa vida em sociedade, tais como educação, família, classe, raça, gênero, sexualidade, entre outras, nos permitem questionar e tensionar estruturas cristalizadas que, por vezes, limitam e aprisionam diferentes modos de existência. Diante disso, faz-se necessário por em análise nossa implicação, como preconiza a Análise Institucional. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008). As autoras Coimbra e Nascimento (2008, p. 03), reforçam que sempre estamos implicados, independente se queremos ou não. O fato é que a implicação é a relação que determinamos com as instituições “que nos constituem e nos atravessam”.

Importante ressaltar que o convite à experiência ocorre em todo lugar, no banco do trem, na parada lotada à espera do ônibus atrasado, na passarela da estação abarrotada de mercadorias de vendedores ambulantes, no território de estúdio, ou seja, no encontro com a cidade e seus cidadãos. Foram por meio dessas andanças durante minha graduação, passando por seis cidades da região metropolitana, de partida da residência para o trabalho, deste para a universidade, às vezes para o estúdio, que meu olhar para o outro, para as desigualdades que nos afastavam e outras realidades que nos aproximavam que fui me constituindo enquanto psicóloga.

A escolha por seguir em formação já era uma determinação antes do término da graduação. A opção pela especialização em Direitos Humanos e Políticas Públicas colocou-se como oportunidade para aprofundar as interlocuções entre Psicologia e garantia de direitos na produção de políticas públicas. Também pelo desejo de seguir experienciando um fazer que tenha a prática ancorada na teoria, mas que também seja político, siga sendo ético e que se potencialize pelo estético.

Nesse exercício de rememorar experiências, lançamos mão do recurso da narrativa visual, como forma de transmitir registros/relatos desse percurso que segue em curso. Como cenário dessas vivências, se colocam as cidades e espaços ocupados ao longo desse tempo, que produziram e seguem reverberando sentidos e significados na formação acadêmica. É diante desse mosaico de cenários, vivências, aprendizados e travessias entre cidades da região metropolitana de Porto Alegre, que me coloco a problematizar em: como a formação em Psicologia e a formação

em direitos humanos contribuem para a afirmação de um projeto profissional fundado na garantia dos direitos de cidadania?

A partir do questionamento acima, ficou definido o problema de investigação deste trabalho. Com isso, essa escrita propõe-se a analisar a trajetória de formação acadêmica em Psicologia e em Direitos Humanos em meio às experiências de transitar pelas cidades da região metropolitana e as implicações dessas vivências na construção de um projeto profissional e acadêmico ancorado na garantia dos direitos de cidadania. Dentre os demais objetivos desse trabalho estão: relacionar as experiências de aprendizagem durante a formação de Psicologia com as experiências do processo formativo em direitos humanos; reconhecer e avaliar os aspectos garantidores e violadores de cidadania na travessia entre as cidades da região metropolitana; apontar perspectivas para a formação em Psicologia e a especialização em Direitos Humanos e Políticas Públicas em vista do seu fortalecimento para a afirmação de projetos profissionais garantidores dos direitos de cidadania.

O texto está organizado em seis capítulos. O segundo capítulo intitulado “Formação Acadêmica e seus (des)encontros: entre possibilidades e desafios”, apresenta um breve histórico sobre a constituição de currículos de cursos de Psicologia, pontuando as influências do contexto nacional nessa construção e as relações da profissão no compromisso com a garantia dos Direitos Humanos e de cidadania.

O próximo capítulo “Narrativas visuais: rodas, trilhos e tênis, o caminho da pesquisa”, discorre acerca da metodologia utilizada para produção desse trabalho, apresentando a proposta das narrativas visuais, o recurso fotográfico como potência a ser explorada em produções acadêmicas e a construção do roteiro da narrativa que se apresenta. No capítulo seguinte, “A vista das cidades pela janela lateral”, são apresentadas algumas das cidades percorridas na jornada entre casa, trabalho e universidade. Nesse capítulo também abordamos a experiência de atuar através do estágio profissional no território, com famílias reassentadas decorrente da expansão da linha do trem e as modificações percebidas nas paisagens com o avanço de intervenções no espaço urbano.

O quinto capítulo, “(In)segurança nas cidades e violações de direitos”, discute sobre a produção do discurso de violência nos centros das cidades, a presença ostensiva do estado policial e a privatização do espaço público por parte de

construtoras e *shoppings centers*. No último capítulo dessa escrita nomeado de “As trilhas continuam: formação acadêmica e compromisso ético e político”, reafirmamos a necessidade de currículos formativos ancorados nas premissas da defesa e garantia dos direitos humanos e de cidadania, e indicamos pistas de caminhos possíveis para ambas as formações: em Psicologia e em Direitos Humanos e Políticas Públicas.

Fotografia 1 – Ponto de partida: parada de ônibus em Sapiranga



Fonte: registrada pela autora (2020).

2 FORMAÇÃO ACADÊMICA EM PSICOLOGIA E SEUS (DES)ENCONTROS: ENTRE POSSIBILIDADES E DESAFIOS

As desigualdades sociais que permeiam o tecido social brasileiro produzem efeitos em todos os níveis de organização da vida em sociedade. Ao pensarmos sobre formação acadêmica, invariavelmente implica pensarmos em possibilidades de acesso a essa formação. Ainda que não seja necessariamente o mote deste capítulo, algumas reflexões sobre a questão far-se-ão necessárias para compreendermos como isso interfere na proposição de matrizes curriculares e conseqüentemente, nos perfis de profissionais formados a partir desses currículos.

Possibilitar a democratização do acesso ao ensino superior é um desafio para o Brasil que se encontra em patamar aquém quando comparado a países de desenvolvimento similar ao nosso e muito abaixo com relação aos países desenvolvidos. Conforme Salata (2018), nas últimas décadas temos presenciado a construção e efetivação de políticas com o objetivo de expandir o acesso ao ensino superior como o sistema de reserva de vagas, nas instituições públicas de ensino, para estudantes egressos de escolas públicas, com critérios de renda e étnico-raciais e a implementação do Sistema Unificado de Seleção (SiSu). Na esfera das instituições de ensino privadas, temos o Programa Universidade para todos (PROUNI) que concede bolsas integrais e parciais para estudantes de baixa renda e o Financiamento Estudantil (FiEs). Para acessar esses programas, é necessária a realização do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Salata (2008) destaca que instituições de ensino privadas são as que mais expandiram o número de matrículas com os avanços dessas políticas em comparação com as instituições públicas. Corroboram com isso os autores Macedo et al (2017, p. 854) que acrescentam na análise “a financeirização e transnacionalização do ensino superior, a partir da conformação de determinadas instituições no Brasil adquiridas por grupos internacionais”. Os autores (Macedo et al, 2017) abordam que não se trata de um movimento novo no cenário brasileiro. Tal processo teve como objetivo inicial propiciar cooperações técnicas e científicas entre as instituições nacionais e internacionais, principalmente no fomento aos programas de pós-graduação, correspondendo ao projeto de desenvolvimento do país. Porém, recentemente o direcionamento da internacionalização tem assumido caráter

mercadológico, por grupos empresarias transnacionais que adquirem instituições de ensino privadas. Dentre as problemáticas envolvidas nessas transações, além da educação tornar-se um produto, estão as ofertas de cursos superiores de estruturas padronizadas, que pouco correspondem as demandas da realidade em que estão inseridos. Como ressaltam Macedo et al (2017, p.860),

A internacionalização aqui reportada no âmbito privado apresenta interesses marcadamente mercantis, o que aprofunda o risco das instituições se configurarem como meras produtoras de profissionais e conhecimentos práticos funcionais ao mercado.

A partir da análise de estruturas curriculares de cursos de Psicologia, ofertados por essas instituições de ensino privadas que são administrados por grupos empresariais transnacionais, os autores apontaram a presença de disciplinas voltadas para o âmbito empresarial, com enfoque em carreira e empreendedorismo, em detrimento de disciplinas que visam interdisciplinaridade de saberes, fomento do pensamento crítico inclusive sobre as teorias basilares da Psicologia e a relação desta com a sociedade. Destacam os autores (Macedo et al, 2017) que embora alguns currículos tenham como opções de ênfases as que contemplem processos de promoção e prevenção de saúde, estando desta forma em sintonia com um dos campos de atuação dos profissionais que são as políticas públicas, ainda se percebe nos componentes curriculares fragilidades como dicotomias entre psicologia e política, sujeito e sociedade, bem como pouco diálogo acerca do contexto social em que a universidade está inserida. Como os autores alertam (Macedo et al, 2017, p. 865)

Conhecer o cenário social, político, econômico e cultural onde os cursos são implantados e onde os profissionais estão atuando, detectando as demandas regionais e sociais feitas à Psicologia parecem óbvio, mas não é o que se tem detectado na realidade.

Diversos autores têm se debruçado sobre a questão da formação em Psicologia no Brasil e as ênfases dos currículos. (GUARESCHI et al., 2014; AMENDOLA, 2014; REIS; GUARESCHI, 2010). Boa parte desses estudos alerta para a produção de formações despolitizadas, estando ancoradas fundamentalmente em premissas técnicas, sem promover a reflexão sobre essas práticas e os efeitos dessas nos sujeitos atendidos. (REIS; GUARESCHI, 2010).

Para afirmar seu caráter científico e na busca por objetividade e neutralidade, que se instauraram no campo da Psicologia essas dicotomias entre interior e exterior, sujeito e objeto, Psicologia e política. Ocorre que a ausência da dimensão política do trabalho nesta área, interfere na produção de cuidado com os sujeitos, principalmente aos profissionais que atuarão em políticas públicas. (REIS; GUARESCHI, 2010).

Conforme Amendola (2014), para compreendermos a construção de currículos de formação em Psicologia, majoritariamente voltados para aplicação de instrumentos avaliativos e técnicas adaptativas no contexto brasileiro, faz-se necessário retomarmos brevemente alguns aspectos históricos do momento de constituição da profissão no país. Isso porque muitas demandas atribuídas aos profissionais de Psicologia atualmente têm como origem a forma como a sociedade entendia e criava demandas aos profissionais de saúde mental, ainda antes do estabelecimento da Psicologia como ciência e profissão.

Foi durante o processo de industrialização e modernização do estado brasileiro, que práticas como seleção e treinamento de trabalhadores colocaram-se como uma demanda na década de 30. Como a profissão ainda não era regulamentada, as práticas eram exercidas por graduados de diferentes formações, como Medicina, Filosofia, Pedagogia. A partir disso, expandiram-se campos de atuação voltados para a Psicologia Aplicada, fazendo com que fosse necessária a adoção de medidas para a realização das atividades e regulamentação da profissão que se constituía. Nas palavras da autora Amendola (2014, p. 973 e 974),

Assim, considera-se que, dentre outros aspectos, o projeto da Psicologia como ciência e profissão no Brasil constituiu-se com a intenção de conciliar o interesse da Psicologia emergente no país em atender às demandas sociais por uma atividade avaliativa e adaptadora com a necessidade de controlar e disciplinar as práticas psicológicas.

Em 27 de agosto de 1962 a profissão de psicólogo é regulamentada por meio da Lei nº 4.119, que também dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia, sancionada pelo presidente João Goulart. (BRASIL, 1962). No artigo 13º, em seu primeiro parágrafo estão relacionadas as atividades privativas do psicólogo:

- a) diagnóstico psicológico;
- b) orientação e seleção profissional;
- c) orientação psicopedagógica;
- d) solução de problemas de ajustamento. (BRASIL, 1962).

Amendola (2014) enfatiza que os documentos legais e a constituição dos conselhos da profissão ocorreram durante o período da ditadura militar, influenciando fortemente as demandas endereçadas aos profissionais da Psicologia. Também destaca a reforma universitária, decretada em 1968, que provoca significativas mudanças no contexto do ensino superior, refletindo também na construção dos currículos formativos. Para a autora (Amendola, 2014, p. 975),

As alterações no modo de produção capitalista logo se fizeram sentir em relação à educação nacional. Guiados por critérios de produtividade e parametrizados nas relações de custo-benefício, os cursos universitários, incluindo os de Psicologia, transformaram-se em treinamento de um conjunto de técnicas desvinculadas da realidade social.

Os autores Guareschi et al. (2014) realizaram uma pesquisa acerca de Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de cursos de Psicologia de universidades brasileiras. As ênfases mais encontradas nos 19 PPPs dos cursos pesquisados, sendo esses de 18 universidades públicas, foram: social, desenvolvimento e clínica. Dentre essas ênfases, a “social” está mais comprometida em abordar questões voltadas para atuação profissional em políticas públicas nas diferentes áreas e, também, que se propõe a problematizar a dimensão política da Psicologia. (GUARESCHI et al., 2014).

Dentre os desafios que se colocam para a formação em Psicologia, destaca-se a necessidade de compreensão que o processo de formação é contínuo, o profissional não dominará a compreensão acerca de todos os fundamentos teóricos. As concepções teóricas servem como uma das ferramentas na atuação profissional, mas não se deve restringir ou enquadrar os sujeitos em suas postulações unicamente. Não se pode reduzir ou enquadrar sujeitos para se garantir a condição de ciência ou eficácia de uma teoria. Os autores Guareschi et al. (2014, p. 25) afirmam ainda que,

Além disso, o processo de formação em Psicologia deveria apontar não somente para a construção de novos posicionamentos, mas para a possibilidade de o estudante, durante a formação acadêmica, poder transitar entre diferentes níveis e formas de apreensão da realidade, tendo como referencial os acontecimentos que o mobilizam a intervir.

Por muito tempo, considerou-se possível produzir uma formação e, por consequência, um fazer clínico em Psicologia que fosse apartado do social, que fosse a-histórico e neutro. (REIS; GUARESCHI, 2010). As práticas profissionais,

principalmente as que se propõe ao cuidado dos sujeitos, como é o caso da Psicologia, necessitam estar em permanente construção, acompanhando as demandas de seu tempo. Para isso, cabe contextualizarmos nosso tempo, conforme a autora Romagnoli (2006, p.48), que destaca a crescente demanda por formação de especialistas na contemporaneidade e de como esse movimento pode ter como efeito uma separação “entre conhecimento e engajamento social”. O enfoque no tecnicismo por vezes não abarca a responsabilidade social das práticas profissionais, visto que ao se privilegiar os aspectos técnicos, desconsideram-se as repercussões sociais e políticas das intervenções. Ainda que não exista um fazer clínico, que também não seja social em seu sentido amplo. (ROMAGNOLI, 2006).

Segundo Romagnoli (2006), a expressão clínica social expandiu-se no Brasil na década de 80, embalado pelo contexto político de efervescência dos movimentos sociais e a abertura política. Nesse ponto, estudantes e pesquisadores da área criticavam a premissa de neutralidade na prática clínica, que até o momento era uma atividade privada e voltada para camadas médias e altas. Nas palavras de Romagnoli (2006, p.52 e 53), “Centrada no indivíduo, os objetivos dessa atividade eram, sobretudo analíticos, psicoterapêuticos e/ou psicodiagnósticos, fundamentando-se em uma concepção da clínica como um saber/fazer teórico”.

No entanto, essa clínica social requeria que fossem lançadas outras estratégias, outros modos de se produzir cuidado, diferentes do formato até então conhecido e difundido nos cursos de graduação. No contexto inicial dessa proposta, classes populares passaram a buscar esse atendimento e outras formas de escuta tiveram que ser agenciadas. Porém, como destaca Romagnoli (2006, p.53), “Na ânsia de fazer diferente, não raro os profissionais de saúde usavam os mesmos modelos do consultório privado”.

Os campos de atuação da Psicologia ampliaram-se, e isso implicou na construção de outras práticas que estejam em consonância com as demandas sociais. Romagnoli (2006) salienta que é necessária a análise crítica das práticas que se produzem, pois ser social não garante que seja ético e que respeite as diferentes possibilidades de existência.

Das experiências que tive no período de graduação, destaco a construção coletiva, a partir dos diálogos e problematizações em sala de aula, como uma estratégia efetiva para se romper com lógicas individualistas, reducionistas e

despolitizadas. Não sem incômodo, discussões eram travadas, mas esse movimento é que possibilita mudanças.

Trabalhar no território em parceria com as políticas públicas de atenção à saúde, como pude vivenciar no estágio profissional da graduação, proporcionou-me operar com conceitos e práticas da saúde coletiva, bem como possibilitou a problematização destas, a partir de situações que se colocavam nos atendimentos aos usuários. Compreender que as práticas profissionais, acadêmicas e a própria construção de pesquisas são oriundas de lugares e ações políticas e que de alguma forma estamos implicados nesse processo, é colocar em análise nossas posições de saber/poder, algo fundamental quando o que propomos é trabalhar para e com o outro. Como destacam Coimbra e Nascimento (2001, p. 246) “todo saber constitui novas relações de poder, pois onde se exercita o poder, ao mesmo tempo, formam-se saberes e estes, em contrapartida, asseguram o exercício de novos poderes”. Destacamos aqui a responsabilidade e compromisso de formações acadêmicas em atuar na garantia de direitos humanos, de cidadania, de transformação da sociedade rumo ao projeto de enfrentamento às desigualdades.

2.1 Psicologia e Direitos Humanos

No atual Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005, p. 07), tem-se como primeiro princípio fundamental que:

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Na edição anterior do Código de Ética Profissional do Psicólogo, datada de 15 de agosto de 1987, constava como sétimo princípio fundamental, a prerrogativa de que o exercício desta profissão deveria estar de acordo com a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948. (CFP, 1987). Cabe contextualizar tais mudanças, pois estas estão intrinsecamente relacionadas ao momento político e social do Brasil. (SCARPARO; TORRES; ECKER, 2014).

O período de ditadura militar no Brasil (1964 – 1985) está marcado pela sistemática violação de direitos, com uma exponencial violência estatal, desde sua forma mais simbólica até as práticas mais infames, com opressões de todas as

ordens, práticas de tortura e mortes. Cabe destacar que durante este período “[...] a psicologia enquanto prática profissional se fortalecia e buscava consolidar suas ações enquanto categoria oficializada nacionalmente”. (SCARPARO; TORRES; ECKER, 2014, p. 58).

Para a autora Coimbra (2001), é necessário que a verdadeira história de tortura e violência produzida pelo estado brasileiro seja contada. Destaca os diversos movimentos de resistência e enfrentamento ao regime ditatorial, que perseguia toda e qualquer pessoa que fosse crítica com a ordem autoritária estabelecida por meio do golpe militar.

Salienta-se que práticas de tortura foram executadas pelo estado e permanecem sendo, sempre se dirigindo às camadas mais vulneráveis da sociedade ao classificarem estes como perigosos e criminosos. A autora ressalta que a manutenção do estado opressor, tanto na ditadura quanto atualmente, é garantida também pela convivência de profissionais, destacando que muitos psicólogos atuaram de 1964 – 1978, na produção de laudos e atestados que atribuíam patologias aos militantes presos durante o regime autoritário. (COIMBRA, 2001).

É a partir dos movimentos sociais, contra a ditadura que emerge a discussão acerca dos direitos humanos. Coimbra (2000, p.260) nos traz que,

Vários grupos surgiram como importantes trincheiras contra as violências cometidas e a impunidade vigente e, que, ainda hoje, persistem na disposição de resistir, apontando para as lutas em prol dos direitos humanos em cima das condições concretas de existência daqueles que continuam sendo marginalizados.

Entretanto, conforme nos traz Coimbra (2000), com a emergência da globalização e do neoliberalismo, ainda na década de 80 os veículos de comunicação sutilmente já noticiavam sobre aumento da criminalidade associando tal situação ao fim da ditadura. A temática de violência passa a ser pauta constante e movimenta políticos e a elite do Rio de Janeiro e São Paulo. Nas eleições para governador desses estados, partidos com discursos alinhados aos direitos humanos venceram e justamente nesse período são intensificados pela mídia, discursos de aumento da violência, sugerindo ações que ampliassem a ação de segurança ostensiva, como guardas nas ruas e até armamento da população. (COIMBRA, 2000).

Em um cenário marcado pela crise econômica e austeridade fiscal, em 1995 o governo federal anuncia a intenção de criar um Plano Nacional de Direitos Humanos. Tal ação serviu muito mais como forma de dar resposta às pressões internacionais, devido às denúncias de violação de direitos humanos no país. (COIMBRA, 2000).

O Plano foi apresentado em 1996 e mesmo tendo sido produzido em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo, que consultou diversas entidades, o documento não passou de “uma carta de boas intenções”, que não teve efetividade na prática. (COIMBRA, 2000, p. 262). Após isso, foi criada a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que não contava com a participação da sociedade civil, nem com recursos orçamentários suficientes para por as ações do Plano em prática.

Próximo desde período, em 1997 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) criou a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia e em 1998 são instituídas essas comissões nos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs). Também foram estabelecidos os objetivos e atribuições das comissões que versam sobre incentivar a reflexão da categoria sobre os direitos humanos nos processos formativos, de práticas e de pesquisas, intervir em situações de violação desses direitos, atuar na luta pela garantia dos direitos apoiando movimentos sociais de direitos humanos, entre outros. Esses movimentos de constituição das comissões foram acompanhados por outras ações como seminários, campanhas com a temática dos direitos humanos aos profissionais e na reformulação do código de ética da profissão em 2005, reafirmou-se o compromisso da categoria com a garantia dos direitos humanos. (SCARPARO; TORRES; ECKER, 2014).

O Brasil possui um histórico marcado por opressões, desigualdades e exclusões. Desde o genocídio indígena com a invasão dos colonizadores europeus, o processo de tráfico e de escravização de povos africanos, a ditadura militar promotora de horrores tendo a elite do país como fiadora dessas atrocidades. São essas questões e tantas outras, que refletem nos processos de subjetivação dos sujeitos e nas práticas de governamento das populações. Cabe salientar que a garantia dos direitos humanos só foi pautada no país muitos anos após a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. (SCARPARO; TORRES; ECKER, 2014).

Como não considerar o racismo como produtor de sofrimento psíquico na população negra? Como não considerar a cosmovisão de povos indígenas nos cuidados em saúde? Como não considerar as desigualdades sociais, quando se propõe práticas de atenção à saúde em territórios periféricos? Como não se indignar com o desmonte das políticas públicas de assistência social, saúde e educação? Às mulheres, trabalhadores, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, população LGBTQI+, como não considerar as múltiplas formas de existência? Como não perceber os impactos da degradação do meio ambiente no aumento de doenças de todas as ordens? Esses e outros tantos questionamentos me instigaram e seguem me convocando a pensar em como construir políticas públicas que atuem na transformação do social, assim como formações acadêmicas que privilegiem o enfrentamento de desigualdades e a construção de uma sociedade mais equânime e sustentável que tenham como compromisso a garantia e fortalecimento de direitos humanos e de cidadania.

De acordo com Veiga (2019, p. 244), em seu artigo sobre a necessidade epistemologias descoloniais na psicologia, “É imprescindível ao psicólogo estar atento e sensível ao contemporâneo. [...] O sofrimento psíquico não é da ordem da intimidade, ele é político”.

É no sentido de se afirmar a construção de um fazer ético e político, que esteja em consonância com os direitos humanos que remetemos nosso olhar às cidades. É na proposta de encontro com o outro, com o que lhe é garantido e negado, que nos lançamos a problematizar e agenciar estratégias possíveis de garantia de direitos.

Fotografia 2 – Trilhar caminhos das (im)possibilidades



Fonte: registrada pela autora (2020).

3 NARRATIVAS VISUAIS: RODAS, TRILHOS E TÊNIS, O CAMINHO DA PESQUISA

Esta pesquisa se produz por meio de narrativas visuais do percurso pelas cidades da região metropolitana, percorridos durante o período de formação na graduação em Psicologia e atualmente na especialização em Direitos Humanos. Os caminhos cruzados entre universidade, estágio, trabalho e casa compõem o cenário de formação acadêmica e indicam possibilidades de intervenção.

Conforme Castellanos (2014), nossas vidas são compostas de narrativas, do nascimento à morte. Salienta ainda que não somente narrativas pessoais, mas as narrativas sobre a humanidade e justamente por isso têm tantas demonstrações de interesse nessa metodologia nas diferentes expressões de artes e ciências humanas. O autor destaca que as narrativas têm sido frequentemente utilizadas como recursos metodológicos em pesquisas qualitativas no campo das ciências sociais, influenciando a incorporação dessa metodologia também em pesquisas qualitativas das ciências sociais em saúde.

Para além de um mero relato sequencial de situações, as narrativas demarcam vivências em tempos e espaços, produzindo pertença dos sujeitos no mundo. Nas palavras de Castellanos (2014, p.1071) “[...] as narrativas são modos de elaboração da experiência social”. Corroboram com tal perspectiva as autoras Sousa e Cabral (2015, p.150), quando afirmam que “a narrativa constitui-se no ato de contar e revelar o modo pelo qual os sujeitos concebem o mundo”.

A escolha pelo método das narrativas visuais vai ao encontro do caráter ético, político e estético que propomos neste trabalho. A construção das narrativas é produzida por meio de registros fotográficos das paisagens, dos locais, de fragmentos das cidades que não apenas ilustram ou comprovam algum dado, mas também pelo valor simbólico que essas imagens possuem para a autora desta pesquisa. Como ressaltam Maheire et al. (2005, p. 215), “Fotografar é uma maneira de questionar a imagem inicialmente percebida. A fotografia provoca dúvidas, gera reflexões, produz soluções e sua utilização na realização de pesquisas teóricas tem sido significativa”. No percurso entre as cidades, realizado por meio do transporte público, ônibus, trem e também a pé, cenas cotidianas até então naturalizadas passaram a instigar questionamentos e respostas à medida que a graduação

avançava, junto com as experiências profissionais do campo de estudo. A relação tão mencionada de teoria e prática foi tomando forma.

Dito isso, destacamos a utilização de fotografias como potente recurso na produção de pesquisas. Embora seu uso não seja uma novidade nem represente uma ruptura com o formato positivista de pesquisas como destaca Tittoni (2015), algumas possibilidades metodológicas com fotografias têm indicado outras maneiras de se utilizar o recurso, abrindo-se brechas nos formatos de pesquisas acadêmicas. A autora que refere a utilização de fotográficas em propostas de pesquisa-intervenção, declara partir do entendimento “de que a fotografia é uma produção que depende de múltiplos fatores que vão desde os recursos técnicos até os fatores políticos, econômicos e sociais. (TITTONI; 2015, p.95).

Para o antropólogo Achutti (2003), que cunhou o conceito de “fotoetnografia”, as pesquisas acadêmicas valorizam muito o verbal e a escrita ressaltando que outras formas de linguagens, como a visual, também devem estar presentes, pois enriquecem as produções. Não se trata de se opor ou hierarquizar as diferentes formas de linguagens, mas a contribuição da utilização desses recursos. Salienta a necessidade de planejamento na produção de pesquisas com fotografias, pois é necessário para além da captura dos registros, seleção, edição e o conjunto das imagens precisa ter sentido, ou seja, a construção da narrativa. O antropólogo reforça que as imagens precisam estar relacionadas entre si, sem texto de legenda, para que o leitor/espectador consiga se concentrar na fotografia. Ressalta que textos escritos podem anteceder as fotografias, mas alerta para a sobreposição de narrativas, indicando que sejam oferecidas de forma separada. Nas palavras de Achutti (2003, p.11), “Trata-se de escrituras diferentes que devem ser então oferecidas e abordadas de maneiras diferentes”.

Dentre outras pesquisas encontradas que utilizam a fotografia como recurso, encontram-se várias experiências de pesquisas intervenção, como a das autoras Maurense e Tittoni (2007), que a partir de estudos sobre subjetividade e trabalho relatam suas experiências com grupos de trabalhadores em que estes produziram fotografias e depois discutiram sobre elas. A intenção de utilização desse recurso metodológico era dar visibilidade para aspectos invisíveis nas rotinas de trabalho. O objetivo também foi o de produzir uma quebra nas posições já tão cristalizadas de saber. Para as autoras, a fotografia funcionaria como o ato de escrever, para pensar a partir delas.

A partir das diferentes possibilidades de utilização de fotografias na produção de pesquisas, neste trabalho as imagens estão compondo o texto que organiza a narrativa. Para realizar as fotografias, seguimos um roteiro que contempla registros das cidades transitadas, tendo mais destaque as que são atravessadas pelo trem. Isso se justifica, pois a maior parte do conjunto de fotos foi feita no mês de setembro, em uma viagem de trem da autora, com este fim, de retomar as trilhas feitas e produzir as fotos. Cabe salientar o contexto de distanciamento social, em virtude da emergência sanitária de Covid-19, que impacta na mobilidade entre as cidades, portanto registros da cidade de Campo Bom não constam, pois esse trajeto era realizado por ônibus. Destaca-se também que em fevereiro deste ano, passei a residir no município de Canoas, dispensando desta forma a necessidade de viagens entre as cidades, exceto para São Leopoldo para as aulas presenciais da especialização que ocorreram até a primeira semana de março deste ano. Também constam nesse trabalho, registros fotográficos feitos em anos anteriores, em que o trajeto a pé entre estação de trem e local de estágio se fazia necessário. As imagens foram tiradas a partir da câmera de um *smartphone*, com luz natural, necessitando de pequenas edições quanto ao brilho, para composição desta monografia.

Como já mencionado, este trabalho articula a experiência de formação da autora, com as vivências nas cidades transitadas, logo não há pretensão de se assumir neutralidade nesta escrita. Nesse sentido, este trabalho segue na direção oposta às produções acadêmicas hegemônicas, pois consta a implicação da pesquisadora. Por acreditarmos na potência inventiva de outros modos de se produzir pesquisas é que nos ancoramos nas autoras Oliveira et al (2019, p.182) ao colocarem que “Defendemos que escrever sobre si (e, inevitavelmente, sobre as/os outras/os), portanto, tem uma dimensão política”. É com base nisso que fazemos uma retrospectiva do processo formativo da graduação e suas confluências com a especialização relacionando-as com o contexto das cidades, para reafirmar a necessidade de fomento de formações fundadas na perspectiva de garantia e afirmação dos direitos humanos, que estejam em movimento conforme as demandas sociais, mas ancoradas na ética e na crítica.

Embasamo-nos também nas afirmações de Romagnoli e Paulon (2014) ao abordarem questões sobre o compromisso ético, estético e político no ato de produzir pesquisas.

Trata-se, por isto aqui, de sustentarmos um paradigma que é ético, por referir-se ao exercício do pensamento que busca situações e acontecimentos como potencializadores ou não da vida. É estético porque busca apreender a subjetividade em sua dimensão de criatividade processual, e não de forma dada, “apreensível” por métodos cientificistas. E é um paradigma político no sentido de reportar-se ao mapeamento dos planos de forças presentes nas situações da vida, analisando os efeitos produzidos, os sentidos que ganham forma nos agenciamentos. (ROMAGNOLI; PAULON, 2014, p.09).

Fotografia 3 – Em movimento



Fonte: registrada pela autora (2020)

4 A VISTA DAS CIDADES PELA JANELA LATERAL

Sempre que utilizo transporte público, seja ônibus ou trem, escolho a poltrona ou banco ao lado da janela, pois aprecio olhar para os lugares de passagem, ainda que sejam sempre os mesmos caminhos. Tenho os trajetos realizados cotidianamente durante os anos de 2011 a 2019, vivos na memória e é surpreende revisitá-los atualmente e perceber as mudanças, as intervenções constantes que exercemos no meio urbano e os impactos que surgem a partir disso.

Faz parte da rotina de quem utiliza transporte público, estar só e acompanhada ao mesmo tempo. (CAIAFA, 2005). Sempre existe a possibilidade de encontrar alguma pessoa conhecida, ou iniciar uma conversa com alguém sobre o clima, o atraso do ônibus e até mesmo a cansaça da rotina, mas de modo geral, são situação passageiras, assim como a condição de uso do transporte público.

Por isso, me desperta a curiosidade as pessoas que deixam marcas, pequenos registros de suas passagens nas superfícies da estrutura dos transportes. Os mais inspirados deixam frases ou breves avisos. Há outras pessoas que rabiscam formas geométricas, gravam seus nomes sobre o metal desgastado pelo tempo e há ousados e vingativos que deixam números de telefone de terceiros, como forma de gerar um inconveniente para seus desafetos. Por vezes, ao ler os nomes, imagino como são essas pessoas, suas histórias e qual o sentido para elas tem gravar seu nome naquele lugar.

Fotografia 4 – Quantas histórias uma janela pode contar?

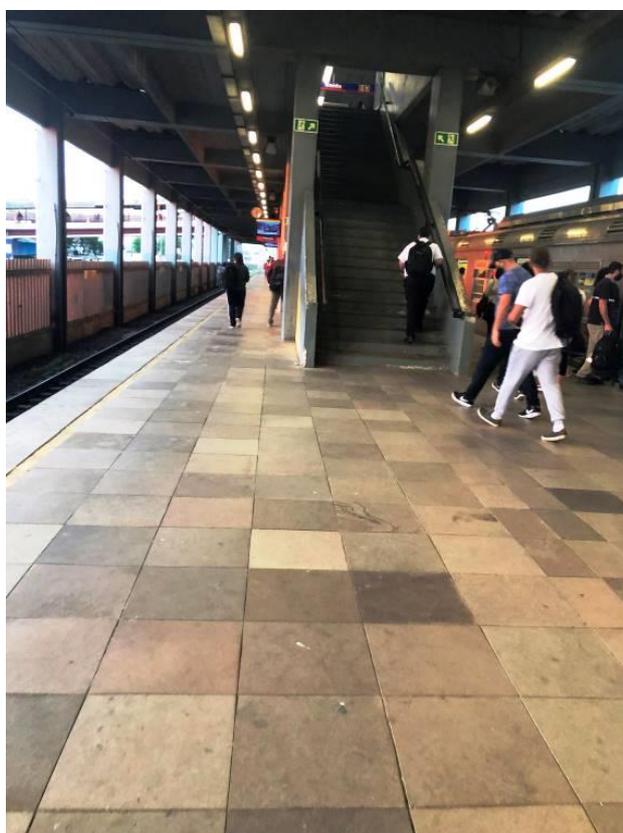


Fonte: registrada pela autora (2020).

Nas viagens realizadas de ônibus, com partida de Sapiranga, passagem por Campo Bom e chegada até a estação de trem em Novo Hamburgo, era comum sempre encontrar as mesmas pessoas nos transportes. Até mesmo saber qual ponto elas embarcavam e desciam.

O transporte coletivo exige posturas mais solidárias, como ceder acento e compartilhar espaços apertados. Trata-se de uma dança coletiva, exige ritmo e coordenação na subida e descida de escadas, no abrir e fechar das portas automáticas e atentar-se às estações. (CAIAFA, 2006).

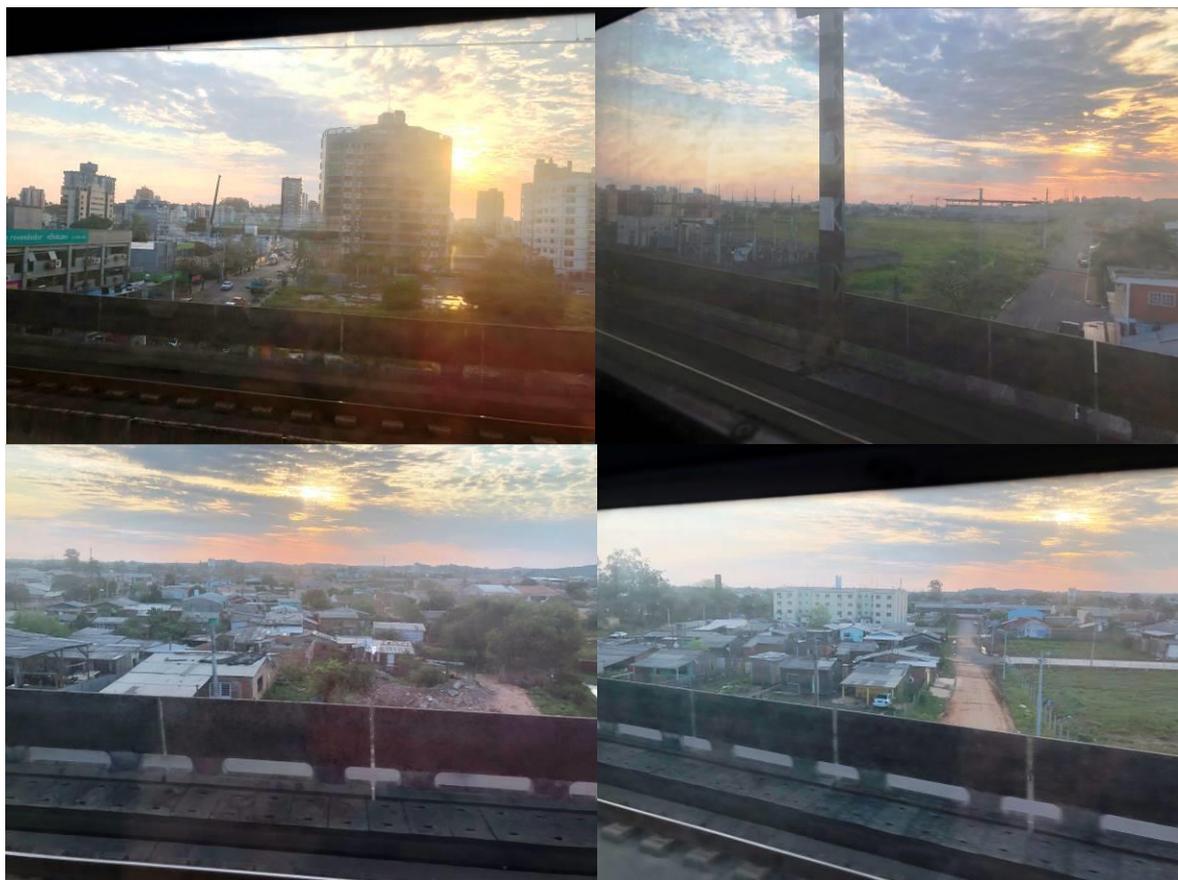
Fotografia 5 – Chegadas e partidas (estação Mathias Velho)



Fonte: registrada pela autora (2020).

O fato é que dividir espaços públicos é dividir histórias. O cenário que se visualiza das janelas são onde elas acontecem. A vista das janelas também pode ser um convite à reflexão ou uma simples forma de passar o tempo da viagem, sem maiores complexidades.

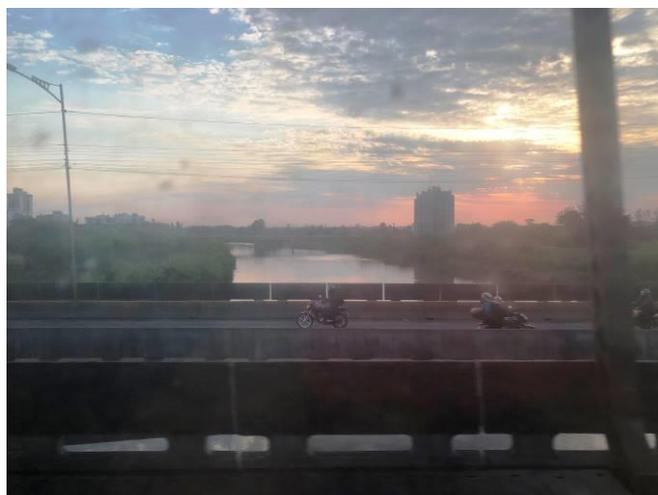
Fotografias 6 – Paisagens da janela no percurso dos trilhos



Fonte: registradas pela autora (2020).

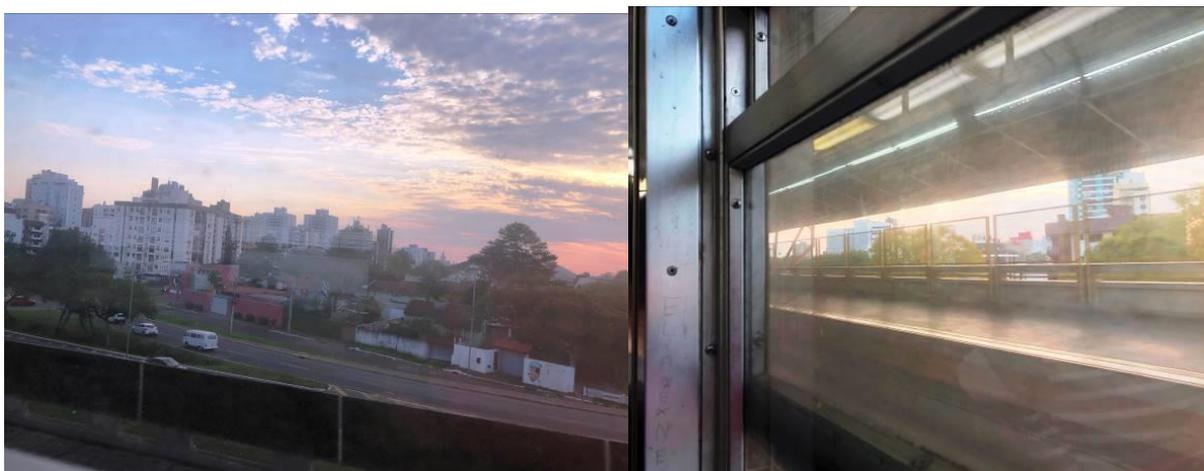
Essas paisagens nunca são as mesmas, pois a cidade é viva, está sempre em movimento. São construções, expansões de residências, circulação de pessoas que vão compondo o ritmo citadino.

Fotografia 7 – A divisa com São Leopoldo



Fonte: registradas pela autora (2020).

Fotografias 8 – Chegada em São Leopoldo



Fonte: registradas pela autora (2020).

As diferentes cidades percorridas para chegar ao trabalho, universidade e estágio, apresentam semelhanças e diferenças, como todos os lugares, mas algumas dinâmicas são compartilhadas. Sapiranga e Campo Bom possuem organizações parecidas, tanto em termos econômicos quanto aspectos sociais. Nota-se maior diferença dessas cidades, com Novo Hamburgo, tanto por esse município ter maior número de habitantes e estar mais próximo da capital, como por apresentar maior movimentação de pessoas, comércio diversificado, muito semelhante com a organização do município de São Leopoldo. Falta-me maior observação e conhecimento para apontar breves impressões de Sapucaia do Sul e Esteio, pois foram cidades em que apenas acessei pelas estações do trem, não as conhecendo para além das estações. Canoas, cidade importante da região metropolitana, apresenta muitos territórios segregados, com grandes descompassos entre diferentes áreas da cidade, muito próxima da realidade de Porto Alegre. Alguns bairros com muita infraestrutura e outros totalmente relegados pelo poder público, embora essa realidade não seja exclusividade de grandes municípios, considerando que somos uma sociedade profundamente desigual. Infiro essas breves observações acerca dessas cidades por serem lugares por onde passei, caminhei pelas ruas e atuei em alguns de seus espaços.

Habitar a cidade consiste muito mais do que residir em um espaço urbano, implica em compartilhar lugares, transitar por ruas desconhecidas, conhecer outros sujeitos e descobrir a história do local, ao mesmo tempo em que contribui para seguir construindo-a. A cidade nos proporciona o encontro com a alteridade e com o

que por vezes não nos é comum. Além de ser também o local do trabalho, da escola, do lazer. (CAIAFA, 2003).

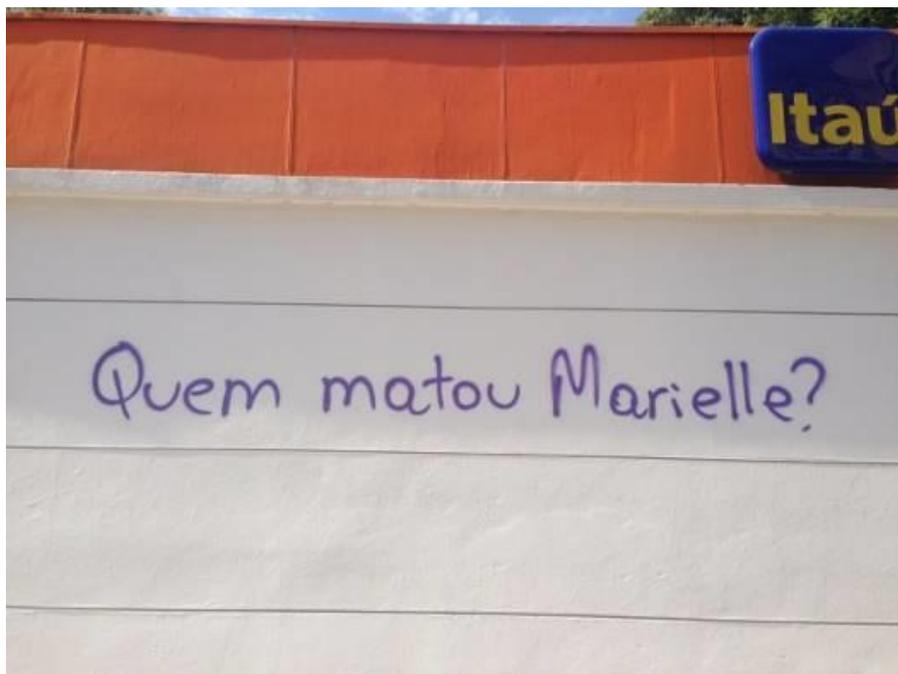
À medida que fui me apropriando do território das cidades, conhecendo suas ruas, me localizando no espaço urbano, deparei-me com diferentes expressões e intervenções urbanas. As manifestações nos muros entre pichações, pinturas e cartazes que denunciam violações, exigem respostas, reivindicam direitos ou sugerem possibilidades de mudança, indicam pistas de que a construção do urbano mais do que nunca convoca a coletividade.

Fotografias 9 – Expressões nas cidades (centro de São Leopoldo)



Fonte: registrada pela autora (2018).

Fotografia 10 – Expressões nas cidades II (centro de São Leopoldo).



Fonte: registradas pela autora (2018).

Por naturalizarmos os cenários das cidades, por vezes tais manifestações que considero artísticas e políticas, passam despercebidas. Transitar nos centros urbanos é estar suscetível a toda forma de aviso, sejam por panfletos nem sempre desejados, como por ofertas anunciadas em microfones, além de buzinas e sirenes. Diante de tantos estímulos sensoriais, quase sempre o mais prático é seguir pelas ruas sem dar muita atenção para esses fatores, ainda mais com as inúmeras demandas da vida. Por esse motivo, geralmente prefiro andar de tênis, pois esta possibilidade o andar ágil e evita incidentes pelas calçadas. A facilidade em poder correr de um ponto de ônibus a outro, quando percebia que havia perdido o transporte, também era a razão pela preferência a esse tipo de calçado. Além disso, foram essas andanças pelas ruas que proporcionou me deparar com as diferentes expressões nas cidades.

Residindo em Sapiranga e trabalhando em Canoas, o tempo médio que levava de ida para o local de trabalho eram de duas horas e trinta minutos, para a volta da mesma forma, por vezes o tempo era até maior devido ao intenso trânsito. Ter cinco horas drenadas dos meus dias era algo que pesava no cômputo da jornada semanal, portanto aproveitar esse tempo para observar os lugares, foi o que de alguma forma inspirou a produção deste trabalho.

Mobilidade urbana é um tema caro na realidade urbana brasileira (Gomide, 2006). Assim como eu, que embora percorresse mais de oitenta quilômetros por dia, entre ida e volta, atravessando várias cidades, há situações de pessoas residentes na mesma cidade do trabalho, ou da escola, que levam horas em cada deslocamento. A precariedade do serviço de transporte público contribui no aprofundamento das desigualdades, visto que impede o acesso de populações em situação de vulnerabilidade a serviços públicos e outros que estejam em localidades distantes de suas casas, conforme aponta Gomide (2006).

Os impactos refletem igualmente nas oportunidades de emprego, desde a dificuldade para procura de vagas até a manutenção dos custos das passagens, quando se consegue um posto de trabalho distante de casa, ainda que por lei as empresas devam custear parte do valor gasto com transporte de seus trabalhadores. (GOMIDE, 2006). Por esse motivo, não raro, empresas evitam a contratação de pessoas que residem em outras cidades ou até mesmo bairros, pois não querer arcar com as despesas de vale-transporte.

Destaca-se também prejuízo para jovens de baixa renda que precisam ir à escola de ensino médio, considerando que a oferta desses estabelecimentos de ensino em algumas cidades é reduzida, se comparada com as escolas de ensino fundamental que por serem de responsabilidade municipal estão presentes em quase todos os bairros. Oportunidades de lazer e visita a familiares, situações de fundamental importância para o bem-estar das pessoas, também são afetadas devido ao transporte escasso e oneroso no orçamento restrito das famílias. (GOMIDE, 2006).

Outra problemática decorrente das inadequações de oferta e planejamento do serviço de transporte público é a ampliação da utilização de transporte individual por uma minoria que consegue arcar com as despesas de automóveis, restando à população mais vulnerável economicamente um serviço de transporte coletivo de baixa qualidade, custo elevado, com poucas ofertas de horários e pontos de ônibus distantes, principalmente em zonas periféricas. Outros efeitos acarretados pelo crescimento da frota de carros tratam-se da elevação dos níveis de poluição nas cidades e o aumento de pontos de congestionamento, que refletem no tempo dos deslocamentos. (GOMIDE, 2006).

A alternativa de transporte do trem passou a ser uma realidade para moradores de Novo Hamburgo e de cidades próximas que necessitam se deslocar

para a capital. Com a expansão da linha de trem da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb), o serviço de transporte passou a interligar seis cidades: Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo, totalizando vinte e duas estações.

Fotografias 11 – Sentidos norte e sul da linha do trem (estação Mathias Velho)



Fonte: registradas pela autora (2020).

Enquanto usuária fui uma das pessoas que se beneficiou dessa expansão, pois além de ganhar tempo, visto que não há engarrafamento e o tempo médio da viagem completa é de cinquenta e cinco minutos, também era o meio de transporte mais econômico. Até fevereiro de 2018 era possível viajar de Novo Hamburgo a Porto Alegre pagando a tarifa de apenas R\$ 1,70.

Atualmente, esse valor sofreu reajuste, custando mais que o dobro do valor cobrado anteriormente e não apenas isso se alterou, a dinâmica da cidade que passou a ter mais estações e a que foi incluída na linha do trem, sendo respectivamente São Leopoldo e Novo Hamburgo, também sofrem alterações. O comércio por onde o trem passa, o crescimento dos bairros e vilas acompanhou a expansão da linha do trem e o valor de imóveis próximos a estações também aumentou. A expansão da linha impactou a vida de muitas famílias.

Importante destacar que para realização do projeto de ampliação da linha do trem, que segue o trajeto pela Avenida Mauá, em São Leopoldo, a empresa Trensurb e a prefeitura da referida cidade firmaram parceria para construção do

Loteamento Padre Orestes. O objetivo foi de reassentar centenas de famílias que, na ocasião, estavam residindo no futuro percurso do trem, na região da Vila dos Tocos. O orçamento para criação do Loteamento Padre Orestes era destinado à prefeitura pelo governo federal, através da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. (TRENSURB, 2009).

Centenas de casas foram construídas, ampliando assim o bairro Santos Dumont no município de São Leopoldo, localizado na divisa com o município de Novo Hamburgo. As residências ocupam um lado da chamada Rua Um e os dois lados da Rua Dois. As casas são pequenas construções de alvenaria, algumas com dois andares. No loteamento há uma Unidade Básica de Saúde (UBS), um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e uma escola municipal de ensino fundamental.

Fotografia 12 – Encontro como território



Fonte: registrada pela autora (2020).

Fotografia 13 – UBS e CRAS



Fonte: registrada pela autora (2020).

Conheci a história do local a partir da atuação no referido território, através do Projeto Atenção Básica¹, coordenado por docentes supervisores do local em que realizei o estágio profissional da graduação, no segundo semestre de 2017. O trabalho desenvolvido consistia em realizar acompanhamento de saúde a usuários atendidos pela UBS. A equipe de estagiárias(os) era de cursos de Fisioterapia, Nutrição, Enfermagem e Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Realizávamos visitas domiciliares semanalmente às famílias que eram atendidas na UBS, principalmente nos casos de pacientes com mobilidade reduzida. Embora a UBS não contasse com equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF), os médicos que atuavam no estabelecimento eram do Programa Mais Médicos e costumavam nos acompanhar nas visitas quando solicitávamos.

Foi a partir do trabalho no estágio que passei a conhecer a história de algumas famílias ex-moradoras da Vila dos Tocos. Como usuária, satisfeita com o serviço de transporte ofertado pelo trem, até então não tinha dimensão da mudança que essa obra acarretou na vida daquelas pessoas. Recordo ter visto matérias em

¹ Projeto desenvolvido como uma das atividades de atuação do Projeto de Atenção Ampliada à Saúde – PAAS, que oferece à comunidade atendimentos de psicologia, nutrição e enfermagem, sendo um serviço que compõe o Centro de Cidadania e Ação Social UNISINOS – CCIAS, localizado na antiga sede da universidade, no centro de São Leopoldo.

jornais da região sobre os impactos no comércio localizado na avenida, durante o período de execução das obras de expansão da linha, mas sobre essas famílias reassentadas, suas histórias, até então desconhecia.

Processos de reassentamento de famílias para execução de obras recebem pouca visibilidade ou quando são noticiados, há certa conotação de que aquela população residente daquele espaço precisa se retirar e caso exista resistência por parte dessas pessoas, geralmente por entraves dos próprios órgãos públicos, são vistas como empecilhos e atrasos no desenvolvimento das cidades. Trata-se de um processo que culpabiliza populações vulneráveis e não abarca a complexidade envolvida na questão que se inicia desde a negação do direito à moradia. Como destaca Reis e Barbosa (2019, 92) que realizaram pesquisas em territórios em processo de remoção, por vezes a luta pela garantia da vida digna no território em que se vive é cedida diante da possibilidade de se migrar para um lugar regularizado oferecido pelo Estado, pois como apurado pelas autoras, “O direito de propriedade funda um lugar de sujeito. Deixa-os menos vulneráveis ao poder arbitrário do próprio Estado”.

O acesso do loteamento ao centro da cidade é dificultado tanto pela distância que prejudica a ida a pé, quanto pelo transporte público, que carece de maior cobertura de horário e linhas. Ao se ouvir o relato dos moradores, percebia-se inúmeras dificuldades de acesso aos recursos da cidade, como a situação de usuários que necessitavam de algum atendimento de saúde específico e precisavam ir ao centro da cidade para isso. A rua secundária do loteamento é de paralelepípedos o que dificulta a locomoção de pessoas cadeirantes residentes do local. No loteamento existe uma infraestrutura minimamente adequada, porém opções de lazer para crianças e adolescentes são restritas, salvo pela atuação de uma organização não governamental (ONG) que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Como a região é extensa, além das casas construídas para as famílias reassentadas, outras pessoas têm ocupado as áreas livres no entorno do loteamento, construindo suas casas com materiais improvisados, sem acesso a água encanada nem energia elétrica. Retratos de uma cidade, que a exemplo dos modelos de cidades neoliberais, exclui para as periferias das periferias os sujeitos, conforme Farias e Diniz (2018). Corroboram com essa concepção a arquiteta Maricato (2015, p.17), que ao citar o intelectual e geógrafo Milton Santos sobre o

“exílio da periferia” acrescenta que “O exílio é maior, pois não há transportes eficientes e baratos. Então, as pessoas vivem imobilizadas dentro dos seus bairros pobres do ponto de vista de equipamentos coletivos e de serviços coletivos”.

Inúmeros desafios cercam o trabalho no território, a perspectiva de cuidado necessita estar em consonância com a realidade das pessoas. Nos atendimentos escutávamos sujeitos com histórias de vidas marcadas por violações de direitos. Ter a casa era uma das poucas garantias que essas famílias possuíam diante do desemprego e insegurança alimentar. Muitos usuários com poucos recursos para manter tratamentos de saúde e muitos casos de doenças crônicas como hipertensão, diabetes e outras com comorbidades. Qualquer intervenção proposta para os usuários também contemplava a família em alguma medida.

O princípio da integralidade é fundamental na atuação em equipes interdisciplinares, exigindo abertura dos profissionais ao diálogo com as diferentes formações e principalmente colocar o usuário como protagonista da construção do seu projeto terapêutico singular (PTS). Nesse sentido, faz-se necessário romper com a lógica de atendimentos que se baseiam unicamente em aplicações de técnicas descontextualizadas e que pouco contribuem no processo de cuidados dos sujeitos.

Ressaltamos que a atuação de profissionais da Psicologia e demais áreas da saúde devem estar atentas ao contexto econômico, religioso, cultural e demais aspectos que compõem a realidade social dos usuários atendidos nos serviços de saúde e de outras políticas. Práticas profissionais que desconsideram tais aspectos são ineficazes. Assim como manter uma visão individualista, que considera somente seu campo de estudo limita possibilidades de compreensão e atendimento aos usuários, bem como apresentar leituras reducionistas sobre os sujeitos, como a “psicologização dos problemas sociais”, conforme destaca Dimenstein (2000, p.113).

Por isso reiteramos a necessidade de formações acadêmicas e, neste caso, nos referimos especificamente ao curso de Psicologia, que estejam atentas às produções de cuidado e ao contexto social dos sujeitos principalmente no âmbito das políticas públicas. A atuação de profissionais da Psicologia no Sistema Único de Saúde (SUS), mais precisamente no campo da atenção básica, exige constante análise das práticas de trabalho, como coloca Dimenstein e Macedo (2012, p. 235),

[...] o encontro da Psicologia com o SUS, especialmente com os serviços de atenção primária à saúde, bem como de saúde mental, tem aproximado nossa profissão de uma realidade ainda distante da que comumente

conhecemos e discutimos em nossa formação e, em consequência, da que lidamos nos clássicos lugares de atuação. O encontro com comunidades, em geral de baixa renda e com problemas de infraestrutura, tem contribuído para o questionamento das nossas ferramentas de trabalho, do nosso aparato teórico-técnico e da efetividade de nossa atuação em um campo que demanda intervenções interdisciplinares por meio de equipes multiprofissionais.

Salientamos que a prática profissional precisa estar ancorada nos princípios éticos, mas sem deixar de mencionar o caráter político de todo atendimento, seja ele na prática privada, ou no serviço público. Não considerar questões sociais, de gênero, de sexualidade e étnico-raciais, para listar alguns, nos fazeres e práticas psi é não considerar que todos os sujeitos são seres políticos, com realidades distintas e que por isso as vivências, os aprendizados também o serão.

Mais do que nunca, as práticas profissionais em Psicologia necessitam atuar com e para as pessoas, conhecendo suas demandas individuais e coletivas, pois não se trata apenas em acolher e atender as populações em situação de vulnerabilidade, mas de construir junto com essas populações estratégias possíveis de enfrentamento às opressões que interferem na saúde dos sujeitos. Também não se trata de hierarquizar o saber acadêmico acima de outros, mas de usar este saber como ferramenta para auxiliar na produção de saídas coletivas que prezem pela saúde, pela educação, pelo bem-estar, enfim pela vida das pessoas.

Portanto, falar de território, políticas públicas de cuidado em saúde e amparo social, incorre falar do atual e contínuo contexto de desigualdade e desinvestimento na ampliação e manutenção dessas políticas. Não há como dissociar processo de saúde-doença do contexto em que estão inseridos os sujeitos.

As autoras Dimenstein e Siqueira (2020), destacam a relevância de compreendermos os contextos urbanos em estudos acerca dos modos de vida contemporâneos e apresentam a Saúde Urbana como um campo de estudos da saúde pública, que visa investigar de que forma viver nas cidades afeta a vida dos sujeitos a partir de análises interdisciplinares acerca das características urbanas. Com base nessas pesquisas, indicam ser possíveis propor intervenções locais e até globais, que atuem a serviço da melhora e na promoção da saúde às populações urbanas.

Importante pontuar que a cidade é composta de grupos heterogêneos, que vivenciam os problemas e demais realidades das cidades de formas diferentes. Como ressaltam Dimenstein e Siqueira (2020, p.65) “Características que podem ser

importantes para o condicionamento da situação de saúde de uma cidade, podem não fazer sentido em outra, ou até mesmo naquela, em outro período de tempo”. Por isso é tão importante que se alargue a compreensão sobre os modos de vida nas cidades. Atualmente, as políticas neoliberais implementadas nas cidades são homogeneizadoras, pois não consideram as particularidades dos territórios. Logo, investigações sobre a relação entre cidade, modos de vidas e produção de saúde têm aumentado, diante dos efeitos desiguais que se tem produzido sobre o bem-estar dos sujeitos citadinos. (DIMENSTEIN; SIQUEIRA, 2020).

O processo de urbanização no Brasil despontou a partir da década de 1950, porém essa urbanização crescente não foi acompanhada de infraestrutura e serviços adequados para comportar e atender a demanda. Dimenstein e Siqueira (2020, p.66) pontuam que,

Tanto em outros países da América Latina quanto no Brasil, a urbanização e industrialização acelerada não aconteceram em favor do desenvolvimento social, mas para atender aos interesses do capital financeiro internacional. Em nosso país, em nome da diversidade de oportunidades de vida, houve uma intensa migração interna para as grandes cidades, atraindo diversas famílias moradoras do campo e de cidades de pequeno porte. Esse fenômeno gerou, ao contrário, subemprego, agravamento dos contrastes sócio espaciais, degradação ambiental, desestruturação da agricultura familiar e a criação de uma nova ruralidade capitalista.

O que se presencia atualmente são cidades desiguais, ausências de serviços públicos que garantam condições de dignidades para seus moradores e aprofundamento nas violações de direitos humanos e de cidadania. Populações excluídas de viver a cidade têm se manifestado, lutado por seus direitos, demarcando no solo a resistência a partir de ocupações em busca de moradia. Para além da garantia ao direito de moradia, as ocupações e demais organizações coletivas nos territórios, fazem frente contra a especulação imobiliária que tem tornado as cidades mais inacessíveis para a população mais pobre. Mais do que nunca se faz necessário o engajamento nas lutas e mobilizações acerca da questão urbana e enfrentamento de suas desigualdades. São a partir dessas aproximações que serão possíveis construirmos cidades plurais e menos desiguais. (DIMENSTEIN; SIQUEIRA, 2020).

Por esta razão, o direito à cidade e à cidadania precisam ser vislumbrados na formação e atuação profissional em Psicologia. As ações e movimentos para a

garantia desses direitos e os efeitos de suas violações interferem nos processos de subjetivação, na produção de saúde, nas condições de vida de forma ampla.

Direito à cidade e à cidadania

No trajeto de travessia pelas cidades, presenciei muitas mudanças no espaço urbano, obras de ampliação de avenidas, construções de condomínios, prédios comerciais e etc. A movimentação de pessoas nos centros das cidades também foi se modificando, seja pela abertura e fechamento de comércios, aumento de pontos de venda de produtos pelos vendedores ambulantes, alterações de pontos de ônibus e itinerários de linhas. São mudanças que vão compondo novos fluxos nas cidades. Porém, não somente isso tem se alterado, o avanço das desigualdades sociais tem deixado suas marcas no espaço público representado pela vulnerabilidade da crescente população em situação de rua, o aumento de ocupações em áreas sem infraestrutura e outros efeitos oriundos das crises econômica, social e política.

Fotografia 14 - Reconfiguração urbana (Estação Novo Hamburgo)



Fonte: registrada pela autora (2020).

Fotografia 14 - Reconfiguração urbana (Estação Rodoviária)



Fonte: registrada pela autora (2020).

Fotografia 15 – Novos arranjos urbanos



Fonte: registrada pela autora (2020).

Pela janela do trem é possível acompanhar, no trecho que segue entre Novo Hamburgo e São Leopoldo, o aumento de ocupações. A construção de novas casas, que se multiplicam semana após semana, formando amplos aglomerados de residências que não contam com infraestrutura adequada para toda população residente nesses locais. São áreas de casas construídas com materiais improvisados, outras feitas de madeira com cercados baixos delimitando o pequeno pátio, mas o que chama a atenção é que à medida que essas casas vão se erguendo, notam-se que já têm moradores.

Conforme Maricato (2015), sociedades desiguais por consequência produzem cidades desiguais. A autora destaca que no Brasil a industrialização ocorreu tardiamente com ofertas de postos de trabalho com baixos salários, o que acarretou no processo de urbanização que corresponde a esses baixos salários. Convém mencionar aqui as palavras do geógrafo marxista David Harvey (2012, p.74) ao afirmar que “[...] urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos”.

Trabalhadores, mesmo os que são formais, não conseguem com seu salário comprar uma casa. Devido a isso, boa parte da população constrói sua própria casa, nos finais de semana principalmente, por vezes em áreas não regularizadas. Essas moradias são construídas sem critérios ou código de obras, em alguns casos estão em áreas de preservação. Com isso, observa-se que o poder público não tem controle sobre uso e ocupação do solo, apesar de contar com vasto arcabouço de orientações para construções, planejamento urbano, etc. Ocorre que tais documentos não correspondem à realidade brasileira, que são de cidades cada vez mais espalhadas, empurrando para a periferia, para áreas de risco, ou de preservação populações em situação de vulnerabilidade (MARICATO, 2015).

E por que o espaço urbano tem se configurado desta forma? Segundo a autora, as cidades tornaram-se mercadorias, com áreas em que o valor de imóveis é muito superior do que em outras, pela infraestrutura que oferecem. Moram nesses locais pessoas que podem pagar, pois “A localização tem um preço”. (MARICATO, 2015, p.12).

Na prática as populações que já são favorecidas pela sua condição econômica acabam sendo melhores assistidas nas localidades que residem, ainda que seus condomínios fechados ofertem toda a sorte de serviços. Já populações

mais vulneráveis que moram geralmente afastadas dos centros das cidades sofrem com a falta de serviços públicos de saúde, educação, ausência de segurança, entre outros. Maricato (2015) fez um alerta ao afirmar que valorização imobiliária não deve ser comemorada, pois representa o empobrecimento da cidade, tornando-a exclusiva para poucos, para quem pode pagar.

Em visita realizada a algumas ocupações de São Leopoldo, no segundo semestre da especialização, conhecemos um pouco da realidade de quem luta constantemente pelo direito à moradia. Foram três ocupações visitadas: Steigleder, Container e Tancredo. Dentre essas, a ocupação Steigleder é a que apresenta maior vulnerabilidade, com dezenas de famílias sem acesso à água e energia elétrica, morando muito próximas do Rio dos Sinos e enfrentando alagamentos nos períodos de chuva. Nos relatos dos moradores a reivindicação por uma moradia digna vai além da garantia de um teto para viver, está também a condição de ser sujeito cidadão da cidade, que pode acessar serviços públicos como creches e atendimentos de saúde, sem necessitar de comprovantes de residência emprestado de familiares, já que para acessarem tais políticas essas famílias precisam comprovar que residem no território. Ao contar sobre as ações de organização dos moradores e o retorno do judiciário sobre a área da Ocupação Steigleder, um dos líderes afirmou que perante as decisões pode se concluir que “o direito à propriedade está acima do direito à vida”.

Corroborando com tal afirmação Harvey (2012) ao colocar que a discussão sobre direitos humanos tem sido deslocada do cerne político e ético. Alega que são investidos esforços para sua promoção na construção de uma sociedade melhor, porém para muitos a forma como tem circulado o discurso sobre esses direitos não propõe um enfrentamento à lógica hegemônica neoliberal. O autor afirma que vivemos em uma sociedade em que o direito privado prevalece sobre todos os demais direitos, estando nesse rol os direitos humanos. Para ele, a concepção da cidade que queremos não pode estar separada do tipo de relações com as pessoas, com a natureza, com os diferentes estilos de vida e demais expressões estéticas e tecnológicas que almejamos.

O direito à cidade precisa ser compreendido como um direito coletivo, não apenas individual, até mesmo porque a transformação necessita indubitavelmente ser coletiva. A possibilidade de poder ter a cidade que queremos, moldando-a e

reconstruindo-a, é um dos direitos humanos mais importantes e mais negligenciados. (HARVEY, 2012).

De acordo com as autoras Amanajás e Klug (2018), o direito à cidade está previsto no Estatuto da Cidade (Lei no 10.257/2001), regulamentando assim os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que se referem à política urbana. (BRASIL, 1998; 2001). Corroboram com esse marco regulatório outros documentos produzidos em fóruns e organizações internacionais, como é o caso da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas que tem em um de seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o objetivo 11: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. (NAÇÕES UNIDAS, 2015). Isso demonstra a relevância do direito à cidade, que inclui em seu rol de garantias, o direito à moradia digna e o acesso à cidade inclusiva, sustentável e democrática a todas as pessoas que a habitam.

Utilizando as palavras de Ermínia Maricato em uma entrevista sobre moradia e política urbana ao justificar a necessidade de uma política de habitação que considere a cidade “porque não se mora na casa, simplesmente; se mora na cidade”. (AZEVEDO, 2019, p. 17). Mais do que um espaço para moradia, há de se pensar no acesso dos sujeitos aos espaços públicos, e para além do acesso a vivência a esse espaço e pertença.

Tavolari (2016) ressalta que a luta pelo direito à cidade é uma reivindicação mundial. A autora se ancora no filósofo e sociólogo Henri Lefebvre que cunhou inicialmente o conceito de direito à cidade. De acordo com Tavolari (2016, p.101), para Lefebvre o direito à cidade transcende a questão de moradia, é o viver e pensar a cidade como “obra humana”. Destaca ainda que a luta pelo direito à cidade atualmente é compreendida como mais do que uma reivindicação por recursos de infraestrutura e serviços, mas também de participação popular, autonomia e cidadania.

Trindade (2012) ressalta a cidade como campo de disputa, utilizando como exemplo a capital de São Paulo, que enfrenta processos de gentrificação, com a retirada de camelôs, moradores e comércios em geral do centro da cidade. Corroboram com isso os autores Farias e Diniz (2018, p.288), ao colocarem que: “Populações tradicionalmente vinculadas a um lugar de interesse imobiliário são retiradas, muitas vezes por meio de violência, para que esses lugares sejam cedidos à iniciativa privada”.

Desta forma, a cidade torna-se cara, afastando as camadas pobres, inviabilizando a alteridade, homogeneizando as subjetividades e pasteurizando modos de vida (FARIAS; DINIZ, 2018). As autoras Reis e Barbosa (2019, p. 95) destacam o descompromisso de governos perante essa questão social, que reforça a culpabilização dos sujeitos que se encontram em situação de desigualdade ao afirmarem que,

Os governos, ao assumirem uma postura de não enfrentamento à desigualdade de acesso à moradia e ao conviverem com a existência e crescimento das favelas, reforçam a ideia de que se tratam de problemas pessoais ou locais, resultantes das condições de pobreza, ignorando o ponto de encontro entre essa problemática e o modo de gestão das cidades.

Para as autoras Amanajás e Klug (2018), a ausência do direito à cidade representa violência contra mulheres, população LGBTQI+, às pessoas negras, crianças e pessoas com deficiência. Dados pesquisados pelas autoras indicam que ausência de transporte público seguro é risco contra as camadas minoritárias da sociedade, por exemplo.

Cabe ressaltar que a cidade é, e deve seguir sendo feita por pessoas, pela diversidade e pelas diferentes culturas. Garantir o acesso à cidade, antes de representar somente recursos de infraestrutura e serviços, implica em garantir o direito humano de viver em liberdade, sendo respeitado em sua condição social, étnico-racial, física, de gênero e de sexualidade.

O direito à cidade não pertence a uma ou outra classe, mas é fato que um grupo limitado de agentes econômicos constrói a cidade conforme a condição de sua classe, enquanto outros nem acesso ao espaço público têm direito. Reforça-se que o direito à cidade não está circunscrito apenas ao acesso aos espaços públicos por todas as pessoas, visto que a desigualdade é condição inerente no capitalismo (FARIAS; DINIZ, 2018). Para além do acesso, a democratização da cidade consiste em “romper com formas de aniquilação subjetivas que impedem a participação no exercício político de produção dessa cidade” (REIS; BARBOSA, 2019, p.90).

Foram as aproximações entre academia, saídas de campos e circular pelas cidades que me possibilitaram outro olhar para os territórios urbanos. É como enxergar as cidades através de uma lente crítica, que não admite discursos opressores e que se mobiliza na construção de cidades mais equânimes.

Fotografia 16 – Terminal Mathias Velho



Fonte: registrada pela autora (2020).

5 (IN)SEGURANÇA NAS CIDADES E VIOLAÇÕES DE DIREITOS

Ainda vão me matar numa rua.
Quando descobrirem,
principalmente,
que faço parte dessa gente
que pensa que a rua
é a parte principal da cidade.
(LEMINSKI, 2013, p. 24).

Transitar pela cidade pode ser um exercício incomum, desde que implique em não apenas de ir de um ponto ao outro, mas de experimentar a cidade, deixar levar-se pelo desconhecido, perder-se nas ruas e esquinas. Atualmente, o ritmo frenético das grandes cidades não se coloca favorável a essa experimentação. Somos condicionados a circular nas ruas nos cuidando do outro, passos apertados quando se caminha tarde da noite pelas calçadas, cuidado com pertences nas paradas de ônibus, olhos atentos e desconfiados na saída de bancos. A cidade como palco

onde a vida acontece perde um pouco do espetáculo, com tantos alarmes, orientações e “perigos” à solta.

No processo de tirar as fotos para realização deste trabalho, ao fotografar a praça em frente ao shopping em Novo Hamburgo fui abordada por um senhor que, ao aproximar-se de mim, apontou para meu celular e disse em tom de advertência que se eu estivesse em São Paulo, eu já teria perdido o aparelho. Escuto o aviso, agradeço com um aceno e sigo em direção à estação de trem. Penso na fala daquele senhor e em como de alguma forma ele quis ser solícito, mas me inquietou ainda mais a naturalização da rua como um cerco sitiado, no qual devemos estar constantemente em alerta, pois um objeto de uso pessoal pode ser roubado.

Tal episódio remeteu-me às inúmeras orientações que recebia de colegas do trabalho, sobre como deveria me comportar na parada de ônibus em Canoas, quais linhas de ônibus evitar, quais horários são mais seguros de transitar a pé e como proceder ao utilizar o serviço de transporte individual por aplicativo. Entendo a preocupação destes como uma forma de cuidado em certa medida, mas há também a forte presença da narrativa acerca do espaço urbano como perigoso e violento. A maior parte das indicações era justificada pelo fato de eu ser mulher, e por essa condição estar sujeita a sofrer violência. Sim, trata-se de um fato que existe violência na cidade e que recortes de gênero, sexualidade, étnico-raciais e sociais são necessários de serem analisados, pois determinadas populações estão mais suscetíveis a riscos do que outras. Porém retomo o discurso que se produz e reverbera acerca do urbano, pois a cidade como o encontro com o outro, com a alteridade passa a ser o local da violência e da opressão.

A produção do discurso violento quase nunca considera as desigualdades entre os territórios. Geralmente, bairros pobres são associados à alta incidência de criminalidade, sem ponderar que isso é reflexo da ausência de serviços públicos e infraestrutura precária. Quando se fala que determinado bairro é seguro, tem opções de lazer e serviços à população, não se fala em detrimento do que essa infraestrutura consegue ser mantida e que extrato social está sendo beneficiado. A ausência de uma análise política sobre os territórios das cidades naturaliza desigualdades e responsabiliza somente os indivíduos, reduzindo a realidade a uma concepção meritocrática. (FARIAS; DINIZ, 2018; REIS; BARBOSA, 2019).

Atualmente, as cidades têm apresentado configurações segregadoras, com espaços privados como *shopping Centers*, praças e parques cercados e com

seguranças, condomínios que oferecem serviços dos mais diversos para que seus moradores não precisem se deslocar para outros espaços, meios de transportes cada vez mais individualizados, em virtude do transporte público ser deficitário. Os locais que agregam mais pessoas, geralmente os centros comerciais e shoppings, são espaços voltados para o consumo que, embora não impeçam oficialmente a entrada de pessoas vulneráveis, a própria estrutura e dinâmica desses lugares deixa explícito para quem são destinados. (CAIAFA, 2003).

Para as autoras Scisleski e Hüning (2014), as diferentes zonas das cidades produzem sentidos sobre os moradores desses espaços, e a partir desses sentidos, outras realidades são produzidas como violência e segregação. Espaços iluminados nas cidades, geralmente são os privilegiados. No jogo de luzes, entre o que se evidencia e o que se esconde, modos de ser e se comportar vão se constituindo. Nas palavras das autoras,

[...] a iluminação das cidades sempre foi aspecto fundamental, vinculado não apenas à funcionalidade dos espaços, mas à ideia de visibilidade, estética e segurança que as luzes garantiriam. Seletivamente, foi sendo definido, aquilo que deveria ou não ser visto e, que assim, ganhava ou não existência e reconhecimento na vida da cidade. (SCISLESKI; HÜNING, 2014, p. 14).

Recebem visibilidade as zonas comerciais, de intenso fluxo com valorização imobiliária e pontos turísticos, são os territórios iluminados das cidades considerados seguros. O contrário ocorre com as zonas invisibilizadas, sendo geralmente as periferias que são associadas à marginalização e suas existências são consideradas como empecilhos no desenvolvimento das cidades, estando a população desses espaços jogada à própria sorte. Essa organização das cidades produz formas objetivas e subjetivas de se habitar e circular no espaço urbano (SCISLESKI; HÜNING, 2014).

Com a ampliação da linha do trem em Novo Hamburgo, a Praça Punta del Este que havia sido demolida, foi reconstruída. Assim que a área foi liberada para passagem dos pedestres, o local tornou-se ponto de encontro e lazer para vários adolescentes. Por ser uma área bem localizada, próxima da estação, em uma região iluminada e estando na frente de um shopping, não demorou para que a guarda municipal passasse a se fazer presente no local. Com a presença de guardas na praça, era possível perceber que o movimento dos jovens diminuía no local. Pouco tempo depois, a região foi novamente restringida para ser revitalizada, conforme

acordo firmado entre a empresa Trensurb e a prefeitura da cidade. (TREN SURB, 2017). Com isso a presença tanto da guarda municipal, quanto da Brigada Militar se faz constante na região. Com o espaço revitalizado e sendo em frente ao shopping, torna a área quase exclusiva para quem consome no estabelecimento, ainda mais cercada de olhares vigiadores e disciplinadores, tanto pelos agentes públicos, quanto por seguranças privados.

Fotografia 17 – Quem determina a ocupação dos espaços públicos?



Fonte: registrada pela autora (2020).

Ainda que a praça seja pública, os mecanismos do entorno indicam quem pode circular por ali e a quem aquele espaço não pertence. Para ampliar a reflexão, retomo as contribuições das autoras Scisleski e Hüning (2014, p.17 e 18) ao colocarem que,

Essas divisões de territórios e categorias de seres que os habitam, remetem à dinâmica pela qual os jogos de luz e sombra projetam espaços e vidas tidas como perigosas e marginais que são colocadas na luminosidade quase que exclusivamente a partir da vinculação com o crime, suposta ou real, mas que permanecem invisíveis quando se procura associá-las a outras formas de vida. Forjam-se, assim, os habitantes da escuridão, sujeitos não humanos que ameaçam a humanidade daqueles que produzem e habitam as luzes.

A ideia da rua como um espaço público, podendo ser ocupado por qualquer pessoa não é unânime, basta observarmos a crescente oferta de serviços de

segurança privada e principalmente o modo como as pessoas se comportam e se relacionam. Seguranças fazendo ronda, cercas elétricas, tudo para se proteger do outro, do inimigo. Há quem resida em verdadeiras fortalezas, vigiadas 24 horas por câmeras.

A cidade como produto, neste caso não histórico, mas mercadológico, promove a segregação, excluindo populações vulneráveis e minorias da possibilidade de viver a cidade, de ocupar os centros e parques, de acessar serviços e oportunidades. De acordo com Farias e Diniz (2018), o avanço do neoliberalismo penaliza profundamente populações mais pobres que sem investimento do poder público em seus territórios sofrem pela negação de direitos e são expostas à violência. Complementam ainda que,

A estrutura segregatória em termos de cor, de sexo, gênero, manifesta-se nas cidades de variadas formas e por diferentes mediações. A constituição racista das classes sociais no Brasil, por exemplo, periferiza o negro e o coloca como alvo preferencial da repressão policial urbana. A violência urbana atinge de maneira massiva a população LGBT, com agressões e assassinatos cotidianos, tornando o corpo que não corresponde ao modelo familiar hegemônico um corpo negado pelo espaço público. Da mesma maneira, a violência e o machismo estruturais fazem do espaço urbano um espaço de medo e violência para as mulheres. (FARIAS; DINIZ, 2018, p. 288).

Fotografia 18 – Segurança para quem?



Fonte: registrada pela autora (2020).

Além da privatização e mercantilização dos espaços nas cidades, há a sistemática criminalização da população mais pobre. Embora não seja uma forma recente de atuação do estado, este quando adentra territórios periféricos são como força repressora e encarceradora (FARIAS; DINIZ, 2018).

De acordo com Foucault (1999, p.287) a partir do século XIX o direito soberano que de “fazer morrer e deixar viver” passa a ser complementado pelo direito de “fazer viver e deixar morrer”, o qual denomina de biopoder. Desta forma, o investimento passa a ser sobre a vida das populações, a partir de tecnologias que têm como propósito aumentar a longevidade, a natalidade e baixar a mortalidade, mantendo um controle biológico sobre os corpos. Com o domínio sobre a vida, a partir disciplinamento e controle da população, o biopoder insere o racismo nos mecanismos de poder do estado, a partir da decisão de quem deve morrer para que outros possam viver.

Diante dessa dinâmica exposta por Foucault (1999), percebe-se o quanto a organização e a condução das cidades estão fundamentalmente ancoradas na perspectiva do biopoder e do racismo de estado. Investimentos massivos em áreas consideradas nobres devido à classe social e racial que as habitam e outras em que imperam a violência, negligência e produção de morte provocada por organizações estatais, como a polícia, por exemplo. Cabe ressaltar que toda violação de direito humano é de responsabilidade, sobretudo, do estado, que não somente permite violações quando se omite como também as encoraja em determinados territórios, a partir de seus próprios mecanismos.

Importante destacar a produção de subjetividade que os mecanismos de poder engendram no contexto das cidades. Compartilho da concepção de subjetividade apresentada por Neto (2004, p.04) enquanto “emergência histórica de processos”, que não se restringem apenas ao social, mas em relação com múltiplos processos sociais, culturais, econômicos, urbanos, que participam da constituição e funcionamento. Dessa forma, compreende-se a subjetividade como um processo, e não como estrutura.

A possibilidade de circular pelas zonas das cidades, de acessar serviço e oportunidades está inscrita não apenas no plano político, mas também no plano subjetivo. É a partir disso que Reis e Barbosa (2014, p.92) destacam que,

[...] as lutas em torno da democratização do acesso ao direito à cidade aproximam-se das lutas em torno do direito à cidadania e ao movimento de redemocratização político e social do país, mas aproximam-se igualmente das lutas pelas formas de ser sujeito.

Desinvestimento em políticas públicas

O avanço de políticas de austeridade e conseqüentemente o desmonte de políticas públicas de seguridade social, de saúde e entre outras associadas ao crescente desemprego, tem demonstrado seus reflexos no aumento de trabalhadores informais, entre eles os vendedores ambulantes.

Fotografia 18 – Nas esquinas das cidades



Fonte: registradas pela autora (2020).

O aumento de pessoas nas esquinas de avenidas, entre as passarelas das estações e nas paradas de ônibus, vendendo variados produtos desde doces a roupas, de fones de celular a carregadores, tomaram a cena. São trabalhadores que diante do desamparo do Estado buscam garantir seu sustento. Nas viagens de trem, era comum escutar um assobio e em seguida ouvir a oferta do mais novo produto do “shopping trem”, como era denominada pelos vendedores a comercialização de objetos. O anúncio era feito muito rapidamente, pois em seguida os vendedores trocavam de vagão na chegada às estações. Outro motivo que demandava agilidade na propaganda das mercadorias é pelo fato da comercialização ser proibida nas dependências do trem e quando agentes metroviários identificam a prática, a mercadoria é apreendida. Além da venda de produtos, o aumento de pedidos de ajuda, de contribuição para tratamentos de saúde ou compra de alimentos tornou-se muito significativo, chegando ao ponto da empresa Trensurb afixar nas portas

internas dos vagões orientações sobre como acessar serviços como o CRAS. Porém, com o passar do tempo, a orientação que remetia a utilização de política pública foi substituída por um cartaz que mencionava somente a expressa proibição de comércio ou mendicância e estimulava a denúncia de tal prática.

Fotografia 19 – Estação Petrobrás



Fonte: registrada pela autora (2020).

A mudança de procedimento da empresa de trem pode parecer sutil em primeiro momento, porém seu significado representa uma guinada à repressão, pessoas indesejadas devem ser delatadas para o segurança mais próximo. É a replicação da política do Estado de eliminar dos espaços pessoas cujas vidas são consideradas descartáveis, em uma sociedade que violenta, reprime e mata pessoas em situação de vulnerabilidade. Conforme Marques et al (2019, 12),

O investimento em uma vida em detrimento de outra não diz respeito a um mero jogo biopolítico. A releitura das concepções de território e de vulnerabilidade, operada nesse conjunto de ações, fala menos da lógica biopolítica: ela é imanente à lógica da morte pela morte, da assunção de que há vidas que não merecem ser reconhecidas, pois não são inteligíveis nem qualificáveis. Elas dão forma a um governo pela necropolítica. Neste, não se reconhece que a precariedade deve ser insistentemente investida por políticas sociais, originalmente formuladas com esta exclusiva

finalidade. No governo pela necropolítica, o que emerge é a hipervalorização da segurança para a proteção de territórios privados, estes merecedores da qualificação “vulneráveis”.

Para as autoras Marques et al (2019), que se ancoram no conceito de necropolítica cunhado pelo intelectual camaronês Achille Mbembe (2016), compreendem assim como o autor que a concepção de biopoder já não dá mais conta da realidade que se apresenta sobre os modos de governo sobre as vidas. Não se trata de um conceito pelo outro, mas da interação de ambos, diante dos contextos de violação e repressão exercidos pelo Estado. Nas palavras de Mbembe (2016, p.146), o que se opera na contemporaneidade é a necropolítica, que “subjugam a vida ao poder da morte”.

O desinvestimento em políticas sociais não se trata de algo inédito na história do Brasil, entretanto as reformas políticas neoliberais dos últimos anos aprofundaram a crise com suas medidas de austeridade. A descontinuidade de serviços sociais e o investimento massivo em medidas repressivas a favor da segurança de poucos, aniquila vidas, não apenas pelo tiro disparado, mas também pela ausência do serviço de saúde adequado, pelo albergue fechado, pela escola sucateada, em síntese, pelo desmonte dos serviços de modo geral.

Hoje, deparamo-nos não com o governo de gestão da vida, mas com o governo de gestão da morte pela morte: a governamentalidade pela necropolítica. No que se refere ao desinvestimento em políticas públicas, não é somente o “deixar morrer” da biopolítica; o desinvestimento em políticas sociais, conjugado à ampliação de investimentos nas políticas de segurança, possibilita identificar outra racionalidade, aquela que consente ou produz a morte de certos grupos da população que não são considerados como vidas a serem vividas. (MARQUES et al., 2019, p.12).

A cidade e seus cenários demonstram os avanços e retrocessos de sua sociedade. Como espaço em disputa, por vezes nos deparamos com mais dúvidas do que certezas. Embora seja o lugar do congestionamento, das dificuldades de acesso, da violência, a cidade pode ser, e por vezes é o lugar do encontro com a alteridade, da potência criativa e da solidariedade.

6 AS TRILHAS CONTINUAM: FORMAÇÃO ACADÊMICA E COMPROMISSO ÉTICO E POLÍTICO

Há um vídeo que circula na internet que se trata de um pequeno trecho de uma entrevista com o escritor uruguaio Eduardo Galeano (2012), em que este conta sobre um evento ocorrido em Cartagena das Índias, em que ele e seu amigo Fernando Birri, cineasta argentino, foram questionados por uma plateia de estudantes universitários sobre “para que serve a utopia”? A rodada de perguntas caiu para que Fernando respondesse e de acordo com Galeano, seu amigo respondeu que,

A utopia está no horizonte, eu sei muito bem que nunca a alcançarei, se eu caminho dez passos, ela se afasta dez passos. Quanto mais eu buscá-la, menos eu encontrarei, porque ela vai se afastando à medida que eu me aproximo. Boa pergunta, não? Para que serve? Pois utopia serve para isso, para caminhar.

Fotografia 20 – Horizonte



Fonte: registrada pela autora (2020).

A reflexão acerca da utopia proposta por Fernando Birri e narrada por Eduardo Galeano (2012), auxilia a pensarmos sobre por que é tão importante seguirmos afirmando a garantia dos direitos humanos, direitos fundamentais de

cidadania, mesmo que o cenário se demonstre inóspito. A luta por uma sociedade mais equânime deve estar no horizonte de nossas ações, nos diferentes espaços que ocupamos.

Compreendemos que a atual conjuntura política e econômica tem aprofundando ainda mais as desigualdades que já atingiam milhares de pessoas. O atual projeto de sociedade neoliberal provou-se desde seu início que privilegia poucos às custas de muitas vidas. Diante de inúmeras violações de direitos, desmantelamento de políticas públicas de saúde, de amparo social e de educação, ainda mais no atual contexto de pandemia da iminência da fome que avança nas comunidades pobres que já experimentavam esse profundo sentimento de desespero antes mesmo da emergência sanitária pela Covid-19 se alastrar, que necessitamos, mais do que nunca, rechaçar essa forma de governamento e produzir outros projetos de sociedade, que sejam sustentáveis, equânimes e humanos.

Nesse sentido, justamente por esse atual e constante movimento predatório das liberdades e dos direitos, que se faz necessário o aprofundamento na temática dos direitos humanos, nas produções de práticas profissionais, na formação acadêmica e humana, pois ambas não são dissociadas. Trata-se da defesa da vida e forças contrárias aos modos de se viver precisam enfrentar resistências. Com isso, é fundamental aprendermos com os movimentos indígenas, que resistem há séculos na defesa de seus modos de vida, cosmovisão e das florestas. Aprendermos com os movimentos sociais, de luta por moradia, antirracistas, feministas, antifascistas e com todos os demais movimentos que dão passagem para a potencialização da vida com respeito às múltiplas formas de existência. Logo, esse trabalho se propôs também a ser um ato político de afirmação de práxis.

Sem a pretensão de concluir ou dar um encaminhamento definitivo para as reflexões que surgiram ao longo dessa escrita e que refletem um processo que segue em (des)construção, nesse trabalho que se encerra nas próximas linhas tomamos a liberdade de poder indicar pistas de caminhos possíveis e talvez de impossíveis, pois acreditamos que assim como essa realidade desigual que se apresenta foi construída, ela também pode ser transformada.

Pista 1 - Aproximação entre academia e comunidades: ainda que as atividades de extensão já sejam previstas nos currículos, a relação entre o que se produz na universidade com o cotidiano precisa ser estreitada. Atividades em campo desde o início dos cursos, incentivo a pesquisas que auxiliem na solução dos

problemas das comunidades, bem como intercambiar as experiências do território com a sala de aula, são estratégias de promoção dessa aproximação, aprendendo com os moradores em um exercício de compartilhar saberes.

Pista 2 - Fomento à interdisciplinaridade/transdisciplinaridade: já existem iniciativas nas universidades com essa premissa, mas ressaltamos a importância de incentivo a essas ações que transcendam a sala de aula com fôlego e horizontes ampliados.

Pista 3 - Construção coletiva: como salienta Harvey (2012) a luta pela cidade que queremos necessita ser coletiva. Articulação com coletivos, movimentos sociais, conselhos e comunidades são fundamentais no processo de mudança e agenciamento de ações.

Pista 4 - Ocupação dos espaços públicos: acreditamos que a rua é lugar do encontro, da luta, da possibilidade de mudança, portanto reforçamos a importância de ocupar as ruas e de conhecer os territórios.

Pista 5 - Apreciar as belezas nas paisagens: o transitar pelas ruas proporciona nos depararmos com a potência da vida em diferentes expressões, seja pela natureza que nos brinda com belezas naturais, seja pelas pinturas e expressões nos muros das cidades, seja pelo pôr do sol visto na estação do trem. É o convite à cidade, à vida que pulsa e que inspira mudanças.

Fotografia 21 – Florescer



Fonte: registradas pela autora (2020).

As pistas acima apresentadas sugerem possibilidades que não são inéditas, pelo contrário, muitas já estão em prática e justamente por isso são mencionadas, pois foram tais acontecimentos que contribuíram no meu processo de formação com o compromisso de seguir afirmando e ancorando meu trabalho na garantia dos direitos humanos e de cidadania. É justamente no plano do possível, do que pode ser alcançado nos espaços em que ocupamos, que devemos planejar o que até então parece impossível, o utópico. E já que é da vida que se fala, vida essa que produz memória, consta história e se transforma ao longo do tempo, que possamos olhar mais para os lugares de passagem, narrar sobre esses e se possível transformá-los coletivamente.

Fotografia 22 – Pra inspirar, pra seguir, pra transformar



Fonte: registrada pela autora (2020).

REFERÊNCIAS

- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. Fotos e palavras, do campo aos livros. **Studium**, n. 12, p. 5-16, 2003. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/studium/article/view/11743>>. Acesso em 09 set. 2020.
- AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. In: **A nova agenda urbana e o Brasil.(Org.)** Marco Aurélio Costa, Marcos Thadeu Queiroz Magalhães e Cesar Bruno Favarão. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8622/1/Direito%20%c3%a0%20cidad e.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- AMENDOLA, Marcia Ferreira. Formação em Psicologia, Demandas Sociais Contemporâneas e Ética: uma Perspectiva. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 34, n. 4, pág. 971-983, dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000400971&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de set. de 2020.
- AZEVEDO, Wagner Fernandes de. Moradia urbana tem que levar em consideração a política urbana, principalmente de terra urbana. Entrevista com Ermínia Maricato. **IHU On-Line Revista Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, ano XIX, n. 533, p. 17-23, 01 abril 2019. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao533.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221.
- BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, Ab. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4119.htm>. Acesso em: 07 set. 2020.
- CAIAFA, Janice. 2003. Comunicação e diferença nas cidades. **Lugar comum - Estudos de mídia, cultura e democracia**, 18:91-101. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/MINI%20CURSO%20RAFAEL%20ESTRADA/ComunicacaoDiferencaJCaiafa.pdf > Acesso em: 25 ago. 2020.
- CAIAFA, Janice. Comunicação e expressão nas viagens de ônibus. **Contemporanea - Revista de Comunicação e Cultura**, v. 3, n. 1, 2005. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3450/2516>>
 . Acesso em: 11 dez. 2020.

CAIAFA, Janice. Solidão povoada: viagens silenciosas no metrô do Rio de Janeiro. **Contemporanea - Revista de Comunicação e Cultura**, v. 4, n. 2, 2006. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3493/2549>>
 . Acesso em: 11 dez. 2020.

CASTELLANOS, Marcelo Eduardo Pfeiffer. A narrativa nas pesquisas qualitativas em saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1065-1076, Abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000401065&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 set. 2020

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Neoliberalismo e direitos humanos. In: AMARANTE, P., org. **Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. Loucura & Civilização collection, pp. 257-265. Disponível em:< <http://books.scielo.org/id/htgj/pdf/amarante-9788575413197-12.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2020.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia do. O Efeito Foucault: Desnaturalizando Verdades, Superando Dicotomias. *Psic. : Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 17, n. 3, pág. 245-248, setembro de 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722001000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 dez. 2020.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 6, n. 2, pág. 11-19, dezembro de 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722001000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 set. 2020.

COIMBRA, Cecília; DO NASCIMENTO, Maria Livia. A emergência do conceito de análise de implicação. 2008. Disponível em: <<https://philarchive.org/archive/VALPAL>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Resolução CFP nº002 / 87** de 15 de Agosto de 1987. DF: Brasília, 1987. Disponível em: < <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/10/2005/05/Codigo-de-Etica-Profissional-do-Psicologo.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Resolução CFP nº 010 / 05 de 21 de Julho de 2005**. DF: Brasília, agosto de 2005. XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Disponível em:< <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2020.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1992.

DIMENSTEIN, Magda. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estud. psicol.** (Natal), Natal, v. 5, n. 1, p. 95-121, Junho 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 dez. 2020.

DIMENSTEIN, Magda; MACEDO, João Paulo. Formação em Psicologia: requisitos para a atenção primária e psicossocial. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 232-245, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500017&lng=en&nrm=iso>. Acesso 14 dez. 2020

DIMENSTEIN, Magda; SIQUEIRA, Kamila. Urbanização, modos de vida e produção da saúde na cidade. **ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade**. v. 10, n. 1, p. 61-73, 2020. Disponível em: <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/2616>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A (TRENSURB). **Trensurb repassa R\$ 17 milhões à prefeitura de São Leopoldo para a construção do Loteamento Padre Orestes**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://trensurb.gov.br/paginas/paginas_noticias_detalhes.php?codigo_sitemap=2270>. Acesso em: 12 dez. 2020.

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A (TRENSURB). **Trensurb assina contrato para revitalização da praça Punta del Este**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://www.trensurb.gov.br/paginas/paginas_noticias_detalhes.php?sitemapPage=1&codigo_sitemap=5051>. Acesso em: 13 jan. 2021.

FARIAS, Tadeu; DINIZ, Raquel. Cidades neoliberais e direito à cidade: outra visão do urbano para a psicologia. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 42, p. 281-294, ago. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 set. 2020.

GALEANO, Eduardo. **El Derecho al Delirio**. [S.l.], 2012. (7min 32s). Disponível em <<https://youtu.be/Z3A9NybYZj8>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. Mobilidade urbana, iniquidade e políticas sociais. **Políticas Sociais : Acompanhamento e Análise**, Brasília, n. 12, fev. 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4511?mode=full>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima et al. Formação em psicologia: o princípio da integralidade e a teoria da autoapoiese. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 18-27, jun. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2014000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 set. 2020.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, [S.l.], n. 29, p. 73-89, dez. 2012.. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18497>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

LEMINSKI, Paulo. **Toda Poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MACEDO, João Paulo et al. Transnacionalização do Ensino Superior: Impactos nos Processos Formativos em Psicologia no Brasil. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 4, pág. 852-868, dezembro de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000400852&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 dez. 2020

MAHEIRIE, Kátia; BOENING, Patricia; PINTO, Gisele Cristina. Pesquisa e intervenção por meio da imagem: o recurso fotográfico no cotidiano de varredores de rua. **Psico**, v. 36, n. 2, p. 5, 2005. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1392>>. Acesso em: 09 dez.2020.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **CaderNAU**, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/5518/3425>>. Acesso em 23 dez. 2020.

MARQUES, Camilla Fernandes et al. O que Significa o Desmonte? Desmonte Do que e Para Quem ?. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe2, e225552, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000600301&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 de jan. 2021.

MAURENTE, Vanessa Soares. Neoliberalismo, ética e produtividade acadêmica: subjetivação e resistência em programas de pós-graduação brasileiros. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 23, e180734, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100282&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 set. 2020.

MAURENTE, Vanessa; TITTONI, Jaqueline. Imagens como estratégia metodológica em pesquisa: a fotocomposição e outros caminhos possíveis. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, pág. 33-38, dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 de set. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. **Arte e Ensaios**. [Online], 2.32 (2016). Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [Rio de Janeiro]: 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Produtora: Vânia Catani. [S.l.]: Bananeira Filmes, 2003. (1h 42 min.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Trm-CyihYs8>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

NETO, João Leite Ferreira. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. **Rev. Dep. Psicol.**, UFF, v. 16, n. 1, p. 111-120, 2004.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares et al. "Meu lugar é no cascalho": políticas de escrita e resistências. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 31, n. spe, p. 179-184, Dez. 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922019000600179&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 dez. 2020.

REIS, Carolina dos; BARBOSA, Roberta Brasilino. Contribuições da Psicologia às Lutas Transversais Travadas em Meio às Metrôpoles de Privilégios. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 39, n. spe2, e225568, 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000600304&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 dez. 2020.

REIS, Carolina dos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Encontros e desencontros entre Psicologia e Política: formando, deformando e transformando profissionais de saúde. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 30, n. 4, p. 854-867, Dez. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000400014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 set. 2020.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Algumas reflexões acerca da clínica social. **Rev. Dep. Psicol., UFF**, Niterói, v. 18, n. 2, p. 47-56, dez. 2006. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 set. 2020.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; PAULON, Simone Mainieri. Escritas Implicadas, Pesquisadores implicantes: notas sobre os destinos da subjetividade nos desatinos da produção científica. In: **Psicologia em Pesquisa: cenários de práticas e criações**. Magda Dimenstein e Jader leite (orgs.). Natal: Editora EDUFRN, 2014. Disponível em:

<<https://www.ufrgs.br/intervires/wp-content/uploads/2015/06/Escritas-Implicadas.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2020.

TAVOLARI, BIANCA. DIREITO À CIDADE: UMA TRAJETÓRIA CONCEITUAL.

Novos estud. CEBRAP, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 93-109, Mar. 2016. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002016000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 dez. 2020.

TITTONI, Jaqueline. Fotografia e pesquisa-intervenção: reflexões sobre os modos de ver, falar e viver. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, RS, v. 5, n. 2, p. 88 - 110, mar. 2015.. Disponível em:

<<https://www.seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/53948>>. Acesso em: 09 dez. 2020.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **A luta pelo direito à cidade na América Latina: políticas de revitalização das áreas centrais e organizações do movimento de moradia**. 2012. Disponível em:

<http://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/user_files/noticias/ckeditor/thiago_aparecido_trindade.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso?. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 30, n. 2, pág. 219-253, agosto de 2018. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000200219&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 dez. 2020.

SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger; TORRES, Samantha; ECKER, Daniel Dall'Igna. Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 57-78, jun. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 set. 2020.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho; HUNING, Simone Maria. Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre , v. 6, n. spe, p. 8-27, jan. 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 jan. 2021.

SOUSA, Maria Goreti da Silva; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. **Horizontes**, v. 33, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/149>> . Acesso em: 07 set. 2020.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. Fractal: **Revista de Psicologia – Dossiê Psicologia e epistemologias contra hegemônicas**, Niterói, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/29000/20061>>. Acesso em: 07 set. 2020.